



Parlamento aprova as emendas do Regionalizado no Orçamento de 2006

Jonas Lemos Campos



Deputados asseguraram a inserção das obras e programas do Regionalizado no planejamento orçamentário

Os deputados aprovaram, na tarde do dia 14, o planejamento orçamentário estadual para o próximo ano. No total, o governo prevê uma receita de R\$ 8,6 bilhões para cobrir despesas no mesmo valor, sendo R\$ 1,3 bilhão destinado a investimentos em obras e programas. Todas as reivindicações eleitas pelos catarinenses nas audiências do Orçamento Regionalizado foram acolhidas.

Além da Lei Orçamentária Anual de 2006, o Plenário apreciou dezenas de matérias importantes na última semana, entre elas o plano de carreira e promoção dos praças militares e o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Superior de Santa Catarina.

Páginas 7, 8, 9, 10 e 11

Jonas Lemos Campos

Homenagens

Três aniversários foram comemorados em sessões solenes. No dia 7, o Centro de Integração Empresa-escola de Florianópolis recebeu o reconhecimento da Casa pelos seus cinco anos de atividade. Também nascida há cinco anos, a Escola do Legislativo foi homenageada na noite do dia 12.

No dia 15, foi a vez da cidade de Lages receber os parabéns pelos 239 anos de fundação.

Páginas 3 e 4



Jonas Lemos Campos



As galerias do Plenário ficaram lotadas diversas vezes neste ano. Na foto, praças da PM no último dia 14.

Legislativo ampliou integração com os catarinenses

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), destaca, no balanço sobre as atividades deste ano, a crescente integração do Poder com a sociedade catarinense e a pluralidade de legendas representadas na Casa.

Páginas 2 e 3

Legislativo em sintonia com os catarinenses

Neste ano de 2005, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina desenvolveu intensa agenda de trabalho. Dentre outras atividades, realizou quase duas centenas de sessões, entre ordinárias, extraordinárias, solenes, especiais e preparatórias. Neste período, a Assembléia deliberou sobre 2.632 matérias. Muitas delas de grande repercussão social. Esses e outros dados estão disponíveis no balanço das atividades da Casa, em publicação especial de fim de ano, distribuída a todos os parlamentares, à imprensa e aos órgãos oficiais do Estado. Estarão disponíveis ainda no relatório anual a ser finalizado pelos setores competentes da Casa até 30 de janeiro.

Porém, posso afirmar sem medo de errar que, em 2005, o Poder Legislativo teve sua atuação marcada especialmente pela ampla e crescente participação popular em todos os debates e decisões patrocinados pela Casa. Foram realizadas 129 audiências públicas. Um terço delas no interior do Estado. Além disso, este ano, foram constituídos 12 Fóruns Permanentes para debater os mais variados temas de interesse coletivo. Em 2005, a Assembléia Legislativa consolidou sua posição de importante centro de discussão e de geração de idéias e propostas para Santa Catarina. Através das audiências públicas, fóruns e das comissões permanentes, atingiu diretamente um público de mais de 20 mil cidadãos.

O trabalho da Assembléia Legislativa e de seus parlamentares, porém, alcançou público incalculável através da TVAL, também disponível pela Internet desde junho; da Rádio Alesc Digital; do seu informativo semanal, o **AL Notícias**; da sua página na rede mundial e, ainda, pela imprensa catarinense, alimentada com boletins diários sobre todos os fatos aqui gerados e debatidos.

Em 2005, o Poder Legislativo encontrou ainda outros meios de aproximação com a sociedade, através dos diversos cursos, seminários e eventos patrocinados pela Escola do Legislativo em todo o Estado, e, ainda, com o lançamento de dois livros que registram a história de dois importantes municípios catarinenses: Florianópolis e Criciúma. Outros já se encontram em fase de elaboração.

Imbuída da tarefa de contribuir efetivamente para a inclusão social, a Assembléia Legislativa deu continuidade este ano ao Programa Antonieta de Barros, implantado em 2004, que dá oportuni-

dade, anualmente, a 40 jovens de baixa renda, através de estágio remunerado. Aqui eles têm o primeiro contato com o mundo do trabalho formal, aprendem diversos ofícios e, ao final, são encaminhados, através de convênio com a Delegacia Regional do Trabalho, ao mercado de trabalho.

O crescente interesse da população pelas atividades parlamentares e pelas decisões aqui tomadas vem gerando novas necessidades. Entre elas a de maiores investimentos na infra-estrutura do Palácio Barriga Verde. Este ano foram investidos R\$ 462,6 mil em equipamentos e materiais permanentes e R\$ 2,196 milhões em obras e instalações, para dar mais agilidades aos trabalhos da Casa e maior conforto aos que aqui vêm todos os dias.

O trabalho e o empenho diários de cada um dos deputados foram fundamentais para êxito de tantas empreitadas, bem como para o balanço positivo das atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo em 2005. Da mesma forma, foi imprescindível a dedicação e o esforço de cada um dos servidores desta Casa, que viabilizaram tantas realizações e conquistas.

A boa convivência com a pluralidade e a diversidade resulta no amadurecimento político e, por consequência, no fortalecimento da democracia e da cidadania.

Agimos com independência e altivez, mantendo, assim, relações harmônicas com os demais Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina. Fizemos muito em 2005, mas temos a consciência de que há, ainda, muito por fazer nos próximos anos.

Em 2006 queremos ampliar ainda mais os canais de comunicação com a sociedade que representamos. Queremos que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina seja cada vez mais exemplo de trabalho profícuo, de transparência e eficiência.

A todos os senhores parlamentares, aos servidores, aos colaboradores e à sociedade que nos acompanha cada vez mais de perto, nos cobra e, por isso, nos faz melhores, o nosso muito obrigado. Desejo a todos os catarinenses e a todos que escolheram esta bela terra para viver, um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de saúde, paz e felicidade!

Deputado Julio Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

“A boa convivência com a pluralidade e a diversidade resulta no amadurecimento político e, por consequência, no fortalecimento da democracia e da cidadania”

Campanha de Natal

Pelo terceiro ano consecutivo, deputados e servidores da Assembléia Legislativa uniram-se na campanha **Natal Solidário Alesc 2005**, que arrecadou brinquedos para comunidades carentes.

Organizada pelo cabo José Maurício Andrade, do Corpo da Guarda da Assembléia, a campanha recolheu 2.950 brinquedos. “Na primeira campanha foram quatro entidades beneficiadas. Hoje, são 22, o que demonstra o envolvimento crescente desta Casa”, disse Andrade.

A presidente da Afalesc (Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa), Liciamara Campos, agradeceu a colaboração dos parlamentares e dos servidores para que a campanha fosse realizada. Também o deputado Onofre Agostini (PFL) elogiou o empenho de todos os que colaboraram no trabalho desenvolvido.

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), destacou que, se cada pes-

soa fizer sua parte em ações sociais como esta, haverá o efeito multiplicador. “Continuo sonhando com uma sociedade mais humana e mais solidária. Assumo o compromisso de que no próximo ano o evento será maior e mais abrangente”, anunciou.

A presença do Papai Noel levou ainda mais alegria às crianças carentes beneficiadas pela campanha, que lotaram o Plenário e em seguida assistiram às apresentações dos grupos indígenas Tecoa Marangatú, de Imaruí, e Tapemirim, da comunidade de Morro dos Cavalos, e dos grupos de dança do SESC e da Ação Social de Barreiros.

A campanha **Natal Solidário** faz parte do projeto **Ação Solidária**, realizada anualmente, e integra as campanhas **Doe a quem tem fome** e **Doe a quem tem frio**, onde são recolhidos alimentos e roupas para comunidades de baixa renda. (RMPP)

Jonas Lemos Campos



Promoção será ampliada no próximo ano

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)
1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)
2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751
Fax: 223-7021
alnoticias@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Lucia Helena Vieira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira
Coordenadora: Cármen Leite Rovira
Chefe de Redação: Rubens Vargas
Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Cássio Turra, Carlos Paniz, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Jucimar José Lazare, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlainne Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Cresce integração do Parlamento com a sociedade

Os deputados apreciaram em 2005, 2.632 matérias, considerando as apresentadas neste ano e as que tramitam desde 2004. A repercussão social de muitas delas exigiu a realização de audiências públicas, num total de 129, levando o Poder Legislativo catarinense a dezenas de cidades em 40 oportunidades. “Desenvolvemos uma intensa agenda de trabalho, sempre buscando discutir os assuntos com os segmentos da sociedade catarinense envolvidos”, assinalou o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), em coletiva concedida na tarde de quarta-feira (14).

Além das audiências e das reuniões promovidas pelas Comissões permanentes - para ouvir governo e sociedade, buscando esclarecer e solucionar problemas -, foram constituídos 12 Fóruns Permanentes para debater temas de interesse coletivo.

Garcia confirmou a convocação extraordinária para janeiro de 2006, anunciada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) na quinta-feira (15), em-

bora ainda sem data definida.

Ele ainda enfatizou o aperfeiçoamento promovido pelo Legislativo a projetos de interesse do governo, cuja maioria foi aprovada. “Agimos com independência e altivez, mantendo, assim, relações harmônicas com os demais Poderes e órgãos do Estado de Santa Catarina”, sintetizou.

Plural – O presidente enfatizou a pluralidade das legendas atualmente representadas na Assembléia Legislativa. “Temos 11 partidos representados e todas as atividades deste ano aconteceram com total normalidade. Agimos com total transparência e interação com a sociedade”, avaliou.



Garcia: “Agimos com independência e altivez”

No contexto de uma de suas principais missões – ampliar os debates com a sociedade de forma transparente -, Garcia também destacou o trabalho realizado pela Divisão de Imprensa da Casa, através da TVAL - também acessível através da Internet, desde julho deste ano -, da Rádio Alesc Digital, do seu jornal semanal - o *AL Notícias* -, da sua página na Internet e dos boletins diários que alimentam mais de 600 veículos de comunicação de todo o Estado.

Outros meios de aproximação com a sociedade foram intensificados em 2005 pelo Poder Legislativo, segundo o presidente. “Foram realizados diversos cursos, seminários e eventos patrocina-

dos pela Escola do Legislativo em todo o Estado”, lembrou Garcia, frisando o alto nível de desempenho da Escola em 2005. Fez referência ainda aos registros históricos resgatados pelo Centro de Memória da Casa. “Lançamos dois livros registrando a sobre dois importantes municípios catarinenses: Florianópolis e Criciúma. Outros já se encontram em fase de elaboração”, informou. O Programa Antonieta de Barros, implantado em 2004, que dá oportunidade, anualmente, a 40 jovens de baixa renda, através de estágio remunerado, também foi destacado.

Investimentos - A crescente integração da população às atividades do Parlamento gerou novas necessidades. “Entre elas, a de haver um maior investimento na infra-estrutura do Palácio Bariga Verde. Neste ano, foram investidos R\$ 462,6 mil em equipamentos e materiais permanentes e R\$ 2,196 milhões em obras e instalações, para dar mais agilidade aos trabalhos e um maior conforto aos que aqui vêm todos os dias”, concluiu o presidente. (MMV)

Parceria entre empresários e educadores recebe homenagem

Os cinco anos de atuação do CIEE (Centro de Integração Empresa/Escola) em Florianópolis, instituição que congrega empresários e educadores numa parceria destinada a abrir oportunidades de trabalho aos jovens, foram comemorados em sessão solene realizada na noite de quarta-feira (7), na Assembléia Legislativa. A iniciativa do deputado Jorginho Mello (PSDB) é a forma de reconhecer as oportunidades que o CIEE oferece aos jovens para sua inserção no mercado de trabalho, principalmente àqueles “em estado de vulnerabilidade social, ajudando assim a diminuir as

desigualdades sociais”.

Basicamente, o CIEE possibilita a qualificação profissional através de estágios dos jovens nas empresas associadas, paralelamente a cursos e treinamento. “Dou meus parabéns ao Centro, sempre preocupado em garantir oportunidade de emprego para que os estudantes de nível médio, técnico e superior possam colocar em prática o que aprendem na teoria. Isso faz do CIEE uma referência de seriedade, competência e carinho pelo aprendiz e pelos profissionais que compõem a instituição”, disse Jorginho. (SD)



Felski recebeu a placa das mãos de Jorginho Mello

Integração e qualidade

O presidente do CIEE, Mécio Felski, falou da perfeita integração do jovem com a sociedade, através de atos de cidadania. “Atendemos principalmente aquele público que não tem *QI* - quem indica”, salientou Felski. De acordo com ele, 60% dos jovens estagiários tornam-se empregados efetivos nas empresas. O CIEE está em cada cidade de Santa Catarina, através de sedes regionais. Isso, segundo ele, oportuniza a manutenção do jovem em sua cidade de origem.

Outro dado importante é que 90% dos bolsistas só continuam es-

tudando porque recebem uma bolsa-auxílio ou porque estão tendo uma oportunidade de trabalho. “Na informalidade é grande o risco de abandono da escola. Sabemos que nosso país terá o tamanho que merece, a partir dos investimentos na educação”, destacou o presidente do CIEE.

Alunos que integram o programa destacaram a importância do trabalho desenvolvido pelo Centro. Para a estagiária do programa Escola Fábrica, Renata Rodrigues da Silveira, num contexto de intensa competição e poucas oportunidades para os jovens, principalmente aos de baixa

renda, o CIEE tem proporcionado a muitos a descoberta de suas habilidades e a ampliação de seus conhecimentos, “despertando o desejo de querer aprender.”

Entre os diversos programas desenvolvidos pelo Centro de Integração Empresa/Escola, destacam-se a Iniciação para o Trabalho, o Desenvolvimento Estudantil, Adolescente Aprendiz, a Escola Fábrica e o Seminário de Administração e Regulamentação de Entidades Assistenciais. O CIEE possui 15 sedes em Santa Catarina e a superintendência localiza-se em Florianópolis. (SD)

Comissão arquiva processo contra a deputada Odete

A Comissão de Ética aprovou, por unanimidade, o voto do deputado relator João Henrique Blasi (PMDB) pelo arquivamento da representação, movida em junho deste ano, contra a deputada Odete de Jesus (PL).

A parlamentar foi denunciada pelos colegas Ana Paula Lima e Paulo Eccel, ambos do PT, Antônio Ceron (PFL), Celestino Secco (PP), e Simone Schramm e Rogério Mendonça, ambos do PMDB, pelas contundentes críticas que a eles dirigiu, por terem aprovado, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, projeto de lei permitindo, em um dia do ano, durante evento festivo, a comercialização de bebidas alcoólicas nas escolas.

Devido à polêmica suscitada, o projeto acabou sendo arquivado atendendo requerimento do seu autor, deputado Rogério Mendonça, mas a representação contra Odete permaneceu.

Segundo Blasi, “embora contundentes, as críticas não tipificaram nenhum tipo de ofensa moral”. A partir desta ótica, o deputado considerou descabida a aplicação de qualquer penalidade, que poderia ir da advertência reservada à censura escrita. “Ademais, a deputada denunciada retratou-se publicamente do excesso”, completou Blasi. (EPS)

Escola do Legislativo completa cinco anos

Eduardo Guedes de Oliveira

Os cinco anos de implantação da Escola do Legislativo foram comemorados na noite do dia 12, em sessão solene presidida pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PP). Participaram funcionários da Casa, vereadores e os ex-presidentes da Escola, os deputados Gilmar Knaesel (PSDB) e Wilson Vieira - Dentinho (PT) e o atual presidente, deputado Celestino Secco (PP). A escola foi criada em dezembro de 2000 com a finalidade de desenvolver processos formais de educação, por intermédio da formação permanente e continuada, visando fortalecer a atuação do Poder Legislativo na construção de uma sociedade justa e igualitária. "A escola não surgiu por acaso. Foi uma reivindicação dos funcionários, que queriam mais do Poder Legislativo", lembrou o secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, Gilmar Knaesel, na época, presidente da Assembléia Legislativa.

Um vídeo institucional foi apresentado mostrando a história, dados e pro-

jetos da Escola nesses cinco anos, como o Programa de Formação de Agentes Políticos, Programa Ensino a Distância e o Parlamento Jovem. Mais de 4 mil pessoas participaram destes e de outros programas em 2005. "A educação deve interessar e tornar cada pessoa um multiplicador da cidadania. Cabe a nós ampliar novos horizontes visando a elevação da consciência da cidadania e do estabelecimento da justiça social", afirmou o deputado Celestino Secco, sintetizando a missão da Escola a qual preside.

"Vocês da Escola do Legislativo são amigos que estão contribuindo com a melhor qualificação dos nossos vereadores. É uma grande família qualificando a sociedade", definiu o presidente da Ucavi (União de Câmaras de Vereadores do Vale do Itajaí), Edson Luiz Fronza, uma das parceiras da instituição. O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), o atual e os ex-presidentes da Escola do Legislativo foram homenageados com placas de agradecimento. (GMP)



Cursos e programas promovidos pela Escola beneficiaram mais de 4 mil pessoas neste ano

Parlamento homenageia os 239 anos de Lages

Lageano de nascimento, o deputado Sérgio Godinho (PSB) foi o proponente da sessão solene de quinta-feira (15), no Plenário, que homenageou diversas personalidades de Lages, em comemoração aos 239 anos do município, ocorrido em 22 de novembro. Entre os 40 homenageados com o troféu Antônio Correia Pinto de Macedo, estiveram ex-prefeitos, representantes de colégios históricos, universidades e entidades de classe - pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da cidade em mais de dois séculos de existência.

Godinho lembrou dos pioneiros que, liderados por Correia Pinto, fundaram um novo povoado, na época, "Campos das Lagens". Falou das dificuldades enfrentadas e da coragem dos desbravadores. "Os tempos eram difíceis, mas o ânimo dos conquistadores ditava o caminho a ser trilhado e o futuro de um povo que se formou forte e conhecedor de seus direitos e de seus valores", destacou Godinho.

Entre os vários homenageados estão o prefeito João Raimundo Colombo (PFL), o presidente da Câmara de Vereadores, Willy João Brunn Filho, e o

bispo dom Oneres Marchiori, e mais 21 personalidades. O contador Sélvio Melin, escolhido para falar em nome dos homenageados, destacou o orgulho de viver em Lages desde os 3 anos de idade e de fazer parte da história de Lages, sendo fundador da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) e do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito).

A noite teve ainda apresentações artísticas e culturais relacionadas às tradições lageanas. No Hall foram expostos painéis de fotos antigas que mostraram o desenvolvimento do município nos últimos 120 anos. (RMPP)

Homenageados

Achiles Marin
Affonso Maximiliano Ribeiro
Ambrósio Acari Pacheco
Américo D' Oliveira
Ari Celso Martendal
Carlos Joffre do Amaral (in memoriam)
Danilo Thiago de Castro
Evaldo Amaral
Iran Yared
João A. Preto de Oliveira
João Rath de Oliveira
Laerte Ramos Vieira
Libório Schmaedecke (in memoriam)
Mario Leopoldo dos Santos
Névio S. Fernandes
Dom Oneres Marchiori
Paulo Derengoski
Sélvio Melin
Vilmar Vieira Branco
Werner Hoeschl
Vilma Machado Carrilho
Alair Sell
Rogério Adonis Ribeiro Ramos
Raimundo Colombo - Prefeito de Lages
Willy João Brunn Filho
Euclides Granzotto
Celso Anderson de Souza
Nilton Rogerio Neves
Juarez Furtado
Dirceu Carneiro
Paulo Alberto Duarte
Paulo César da Costa
Fernando Coruja Agustini
Décio da Fonseca Ribeiro
Áureo Vidal Ramos
Hospital e Maternidade Tereza Ramos
Hospital Nossa Senhora dos Prazeres
Hospital Infantil Seara do Bem
Colégio Santa Rosa de Lima
Colégio Bom Jesus Diocesano
E.E.B. Vidal Ramos
CAV/UESC
FACVEST
UNIPLAC
ACIL
CDL
SESC

Personalidades e instituições lageanas acompanharam apresentações na sessão requerida por Godinho (no detalhe)



Eduardo Guedes de Oliveira

Assembléia busca soluções para os problemas da TV Cultura

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), solicitou, no dia 13, que a Procuradoria Jurídica avalie a possibilidade de o Legislativo ceder à *TV Cultura* de Santa Catarina equipamentos que não estão sendo usados pela *TV AL* para a transmissão de imagens. Também pediu que estudos para se estabelecer uma parceria que permita a utilização da grade de programação da *TV AL* pela *Cultura*. O encaminhamento resultou da audiência pública realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), na manhã do dia 9. A audiência para discutir a difícil situação da *TV Cultura* foi proposta pelo deputado Paulo Eccel (PT), atendendo solicitação da ACI (Associação Catarinense de Imprensa). A emissora,

mantida pela Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho, retransmite a *TV Cultura* de São Paulo e enfrenta atualmente sérias dificuldades financeiras, com uma pequena grade de programação local.

Na audiência, Osmar Teixeira, vice-presidente da ACI, informou que a instituição está "à disposição para envolvimento em quaisquer projetos que representem o reerguimento da emissora". A Associação sugere um acordo com emissoras privadas para a veiculação de programas culturais (curta-metragens, documentários, festivais etc). Também propõe a possibilidade de criar oportunidades de estágios aos recém-graduados em Jornalismo e uma ampla interatividade da *TV Cultura* com as universidades.



Encaminhamento resultante da audiência pública está sendo analisado pela Procuradoria da Casa

Fórum quer a retirada de projeto que reestrutura a Casan

Ednardo Guedes de Oliveira



Moção aprovada pelos integrantes do Fórum formaliza o pedido de retirada do projeto

Os integrantes do Fórum Permanente da Casan, presidido pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), aprovaram moção na última reunião do ano, no dia 13, pedindo ao governo a retirada do Projeto de Lei nº 442/05, enviado pelo Executivo e que abre caminho para a adoção de parcerias privadas pela estatal. O PL disciplina o PTS (Procedimento de Transição do Modelo Estadual de Saneamento) para o âmbito das Parcerias Público-privadas. Documento da Fecam (Federação Catarinense de Municípios), além do relatório apresentado pelo advogado do Sintae (Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto) em reunião anterior, ambos sustentando a reivindicação, foram anexados à moção. O convite feito à SC Parcerias e à Casan para participação no Fórum também será reiterado.

Numa primeira análise, a proposta em questão, seria inconstitucional. O documento do Sintae classifica o projeto governamental de "uma autorização do Legislativo" para que a SC Parcerias S/A assumira e definia, na prática, a política de gestão do saneamento em Santa Catarina. Dentre outros poderes outorgados através do projeto à SC Parcerias, está a autorização para dividir a Casan e criar outras empresas a partir dos seus ativos.

A próxima reunião do Fórum foi marcada para o dia 7 de janeiro. Estavam presentes ao último encontro, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP), Cristian Jesus da Silva, advogado do Sintae; Jucélio Paladini, vice-presidente do Sintae; Adir Alcides de Oliveira, funcionário da Casan, e Alair de Souza, representante da Fatma. (GMP)

Entraves legais

A *TV Cultura* foi criada em 1994, conforme relatou Sidnéia Gaspar de Oliveira, superintendente da emissora. "Uma saudável conjugação de esforços, inédita no país, levou a UFSC e a Udesc a desenvolverem o projeto de implantação da Anhatomirim TV Educativa (hoje *TV Cultura*)", lembrou. Com a participação de um grupo de professores e técnicos das duas instituições, foi constituída a Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho, destinada a implementar e manter a emissora de televisão com "o explícito compromisso de formação da cidadania através da veiculação de programação eminentemente educativa e cultural", continuou.

Segundo ela, em 2002 foi constatado pela Procuradoria Jurídica da Udesc que a instituição de ensino não poderia ser mantenedora de pessoas jurídicas de direito privado, e portanto o estatuto da *TV Cultura* também é ilegal. O mesmo parecer foi emitido pela Advocacia Geral da União, em 2004, com relação à UFSC.

Ela ainda informou que decisão do Tribunal Pleno do TCE (Tribunal de Contas do Estado), em 2002, considerou legal a transferência de recursos financeiros do Tesouro do Estado ou da Udesc à Fundação Jerônimo Coelho, quando esses se destinarem à aplicação em atividades concernentes ao desenvolvimento e difusão cultural e educacional. Entretanto, contou, o mesmo Tribunal rejeitou as contas da gestão de 2003 do então reitor da Udesc, José Carlos Cechinel, por conta de repasse à Fundação.

A *TV Cultura* não é mantida pelo Estado. Segundo Sidnéia, ela se sustenta com apoio cultural do BraDESC e do Badesc e com o valor re-

cebido pela veiculação de mídia do Estado.

Thiago Skárnio, presidente da Associação Cultural Alquimídia e representante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e da Associação Brasileira de Rádiodifusão, lembrou que há uma grande demanda pela regionalização da produção de conteúdo em Santa Catarina.

Representando os funcionários da TV, Osvaldo Meira Júnior relatou que Sidnéia já pagou salários "do próprio bolso". A TV conta com 10 funcionários.

O jornalista Fernando Linhares, que desde 2000 trabalha na emissora, disse que é comum não haver nem gasolina para que possa sair de carro e fazer reportagens e que até o papel do banheiro para secar as mãos tem que ser racionado.

O diretor de relações institucionais da ACI, Carlos Stegemann, salientou o estado de absoluta decadência financeira e técnica da emissora. Para ele, restrições legais são muito comuns em órgãos públicos, mas o que faz a diferença é a vontade política, que faz com que se contornem os problemas. "A *TV Cultura* abriga um espaço que não existe nas TVs comerciais e que pode ser ocupado", enfatizou.

Encaminhamentos - Uma comissão integrada pela ACI, Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, *TV Cultura* e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vai estudar soluções. Também serão convidados membros da Acaert, Udesc e UFSC. Foi remetida ainda moção da Assembléia Legislativa ao Ministério das Comunicações pedindo a ampliação da abrangência da *TV Cultura*. Hoje, ela atinge 21 municípios da Grande Florianópolis. (MAP/DAB) ■■■■■■

Portadores de deficiência apresentam propostas à Comissão Especial

Atendendo requerimento dos deputados Pedro Baldissera - Padre Pedro, José Paulo Serafim e Wilson Vieira - Dentinho, todos do PT, realizou-se no dia 12, na Assembléia Legislativa, audiência pública para apresentar as propostas de Santa Catarina ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, já em tramitação na Câmara dos Deputados, através do Projeto de Lei nº 3.638/00. As sugestões resultam de oito audiências públicas realizadas no Estado e que, segundo a deputada federal Luci Choinacki (PT/SC), relatora da subcomissão de Saúde da Comissão Especial que está construindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, reuniram educadores, deficientes, mães de deficientes, os conselhos municipais de Portadores de Deficiência, além das secretarias da Educação, totalizando mais de mil pessoas.

Luci Choinacki salientou a necessidade de centralizar as discussões com as APAEs, os portadores de deficiência e suas mães. Sérgio

Soares, representando a FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial), lembrou que o Estatuto está sendo discutido em todo o Brasil e comentou as diversas propostas de alterações ou acréscimo que surgiram durante as audiências realizadas no Estado. "Elas foram todas sistematizadas dentro da proposta inicial. Se olharmos o documento original e o que surgiu dos debates das audiências, veremos que é um novo documento. Isso mostra o quanto foram positivas e necessárias as discussões", ressaltou.

O projeto original, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), por exemplo, institui o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais. A proposta originada nas audiências sugere que o nome seja Estatuto da Pessoa com Deficiência, Condutas Típicas e Altas Habilidades. Sér-

gio Soares ainda observou que é necessário garantir a acessibilidade dos portadores de deficiência aos locais, principalmente no que diz respeito ao transporte coletivo. "Se a pessoa não tiver como chegar aos locais, o processo de inclusão social não será garantido", sentenciou.



Reivindicações foram levadas a Brasília pela deputada Luci (no detalhe, com Baldissera), onde a Comissão do Estatuto vai analisá-las

Poder público descumpre leis

O presidente da Aflodef (Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos), José Roberto Leal, informou que o país tem 26 milhões de pessoas portadoras de deficiências e exigiu o cumprimento das leis. O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamentou as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento a essas pessoas, e a de nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O professor de Filosofia, João Batista, reclamou das ruas da capital, muitas sem acesso para deficientes, e da exclusão social. A presidente da Associação dos Surdos, Ana Lúcia Amorim, sugeriu que mais intérpretes sejam contratados em locais públicos, principalmente no Judiciário.

A professora de Educação Especial, da Fundação Catarinense de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, Maria Custódia da Silva, cobrou a instalação de um maior número de telefones públicos para surdos. "Nossos filhos não conseguem comunicar-se conosco quando estão no centro de Flo-

rianópolis. Eles se sentem estrangulados", lamentou.

José Arnaldo Ribeiro, representante da Afadef (Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais de Balneário Camboriú), questionou o destino de recursos do Fundo Social somente para as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Para Larissa Lopes, integrante do Grupo Florianópolis Acessível, é necessário a aprovação de um projeto de lei para garantir recursos.

Encaminhamentos - O deputado Pedro Baldissera, anunciou o envio aos governos federal, estadual e municipal de um requerimento pedindo investimentos no setor e ações efetivas para o cumprimento da legislação. "A Campanha da Fraternidade será o primeiro passo para trabalhar a questão da sensibilidade", informou.

Também participou da audiência o presidente do Conede (Conselho Estadual dos Portadores de Deficiência), Rodrigo Santos Alves e Susana Borges, representando o deputado José Paulo Serafim (PT), que não pode comparecer. (SCT/MAG/GMP/DAB/TM)

CPIs

CCJ vai apreciar pedido de CPI do Fundo Social

O requerimento com as 14 assinaturas exigidas pelo Regimento Interno da Casa, para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue supostas irregularidades na distribuição de recursos do Fundo Social, passará pela análise da Comissão de Constituição e Justiça. O encaminhamento determinado pelo presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (PFL), atendeu solicitação do líder do Governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), conforme dispositivo do Regimento.

Durante a sessão plenária do dia 15, o presidente da Casa informou que a Mesa re-

cebeu o requerimento. Blasi contestou a legalidade da solicitação, pois, argumentou, o documento não apresenta subsídios que apontem fato determinante para a instalação da CPI. "O requerimento usa matérias jornalísticas como documentos, o que gera dúvidas quanto ao fato determinante", explicou o peemedebista. Ele invocou o parágrafo 3º, do Artigo 41 do Regimento Interno. "O dispositivo é claro. Se houver dúvida, o presidente ou algum líder pode pedir o encaminhamento da matéria à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)", observou. (MMV)

CPI do Bolshoi está extinta

Em reunião realizada no início da tarde de terça-feira (13), os integrantes da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Bolshoi, criada para investigar possíveis irregularidades administrativas no Instituto Escola Teatro Balé Bolshoi, decidiram pela sua extinção. Votaram pelo fim das investigações os deputados Gelson Merísio (PFL), presidente da CPI, Francisco Küster (PSDB), relator, João Henrique Blasi (PMDB) e Manoel Mota (PMDB), que estava representando o deputado Sérgio Godinho (PSB).

Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e Dionei Walter da Silva (PT) votaram com o relatório do deputado Paulo Eccel (PT), favorável à continuidade dos trabalhos. Eccel, na reunião realizada no dia 22 de novembro, pediu vista do parecer do relator sobre o requerimento do deputado Blasi que solicitava o ar-

quivamento da CPI. O líder do governo requereu o encerramento dos trabalhos depois da decisão do juiz federal de Joinville pela rejeição da denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Federal contra os diretores do Instituto.

"Os subscritores do requerimento sustentam que a decisão de um juiz de primeiro grau extingue o objeto de investigação da CPI", disse Eccel, assinalando que a decisão não transitou em julgado, cabendo ainda recurso. Ele também citou a manutenção pela justiça federal da ação civil pública por ato de improbidade movida pelo MPF contra a direção da Escola.

"No momento em que as denúncias desaparecem, perde-se o objeto da CPI", defendeu o líder do governo, endossado pelos deputados Küster e Manoel Mota. (MMV)

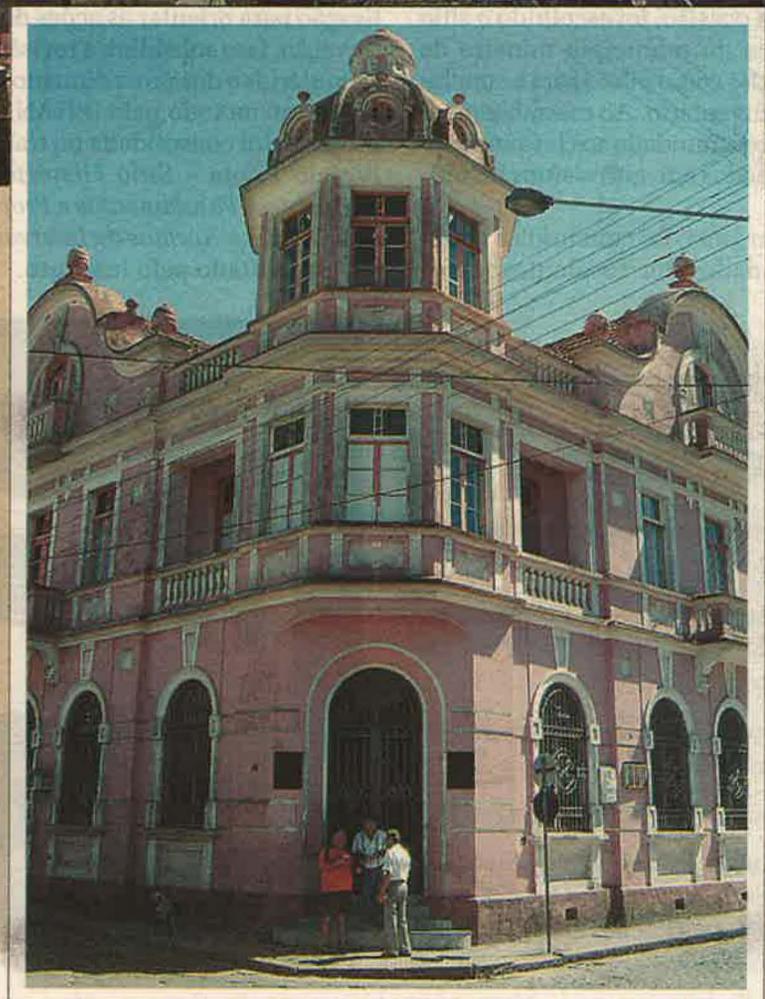
Eduardo Guedes de Oliveira

O resgate da identidade de Laguna



Tombado em 1984, o Centro Histórico de Laguna, que abrange cerca de 600 imóveis, está sendo inventariado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, dando esperanças à comunidade de que, a partir da conclusão do trabalho, a cidade seja revitalizada, através de investimentos e projetos que preservem construções como a da foto ao lado, datada de 1926, que abriga atualmente uma clínica.

O trabalho e sua repercussão junto aos lagunenses foram escolhidos para inaugurar este "piloto" dos cadernos especiais que o AL Notícias, a partir de março de 2006, passará a publicar na última semana do mês. Cada um deles dedicará suas oito páginas a um único tema, enfocando a história, a cultura, a economia e as peculiaridades de Santa Catarina e de seu povo.



Laguna cadastra seu patrimônio histórico

Desde março, 600 imóveis tombados em 1984 como patrimônio histórico, no centro de Laguna, começaram a ser submetidos a um processo de cadastramento, que vai apontar de forma precisa todas as condições e detalhes das antigas edificações. O levantamento integra o INBI-SU (*Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos*), projeto que resulta de uma parceria entre o Ministério da Cultura e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

O trabalho é realizado pela Construtora Pérpola, vencedora da licitação realizada em 2004 pelo governo fede-

ral e dirigida pelo arquiteto Dagoberto Silva Martins, coordenador do Inventário. Segundo ele, os dados existentes sobre os imóveis tombados no Centro Histórico de Laguna são imprecisos,

Agora, uma equipe de arquitetos, historiadores e sociólogos vai determinar se os casarões têm valor histórico, arquitetônico ou artístico. O arquiteto Jean Carlo de Souza, gerente do Inventário Arquitetônico e Artístico, e o historiador e jornalista Ricardo Moreira de Mesquita, gerente do Inventário Histórico, trabalham em Laguna e Florianópolis para pesquisar todos os dados existentes sobre a formação de Laguna.

Inventários consolidaram-se a partir de 1989

Em 1989, na cidade de Ouro Preto, foi promovido o seminário *Inventário de Centros Históricos: Avaliação e Perspectivas de Utilização dos Dados*, que possibilitou novas contribuições ao trabalho, tanto das unidades regionais do IPHAN quanto de consultores nacionais e internacionais.

Na ocasião, foi escolhido o sítio histórico do município mineiro de Tiradentes como piloto para a conclusão do inventário. Ao mesmo tempo, se deu continuidade aos levantamentos iniciados em outros sítios históricos.

Em 1994, foi concluída a análise dos dados em Tiradentes, cujos

resultados possibilitaram a proposta de delimitação da área do tombamento e o estabelecimento de critérios e normas para sua preservação. Essa experiência serviu para a crítica global do inventário, avaliado como documentação válida para o conhecimento do sítio e testado quanto à sua utilização para orientar as ações de preservação. Isso subsidiou a revisão dos formulários e dos procedimentos propostos no método pelo IPHAN. Essa proposta foi consolidada no trabalho *Projeto Piloto - Sítio Histórico de Tiradentes / Fundamentos e Proposta de Critérios e Normas de Intervenção - 1994*, editado pelo Instituto.



Igreja Santo Antônio dos Anjos, considerado o mais antigo prédio histórico da cidade, data de 1720

Preservação pode ser orientada

Os inventários têm como função, por um lado, constituir-se em uma ação de preservação do patrimônio, na medida em que conservam em outros suportes as informações contidas nos bens culturais, permitindo o acesso e a produção de conhecimento sobre os mesmos, independentemente dos seus suportes originais. Por outro lado, especialmente no caso dos sítios urbanos, vão apoiar os trabalhos de planejamento e atualização das intervenções, contribuindo diretamente para o estabelecimento de critérios e parâmetros de preservação.

O *Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados* pretende reunir e sistematizar as informações sobre esses bens, coletadas a partir dos levantamentos de campo, de fontes documentais, e sobre a história de atuação do IPHAN, constituindo-se em um instrumento para ação institucional.

O trabalho já vem contribuindo para atualizar os referenciais de atribuição de valor do patrimônio urbano, permitindo a definição de critérios de intervenção, técnica-

mente embasados, e explicitando os limites de competência institucional na gestão das cidades. Por outro lado, o registro sistemático permite disponibilizar os dados e informações produzidos para as comunidades e os poderes públicos, estabelecendo condições justas para parcerias e para um trabalho de caráter democrático.

Com base no conceito de *cidade-monumento* adotado no início dos trabalhos do IPHAN, os sítios urbanos eram selecionados a partir de suas características estéticas de época. Era preciso apenas o registro fotográfico e, em alguns casos, uma descrição sumária para comprovar aquelas características ou a realização de pesquisas voltadas para a identificação de datas e fatos relevantes ocorridos nos sítios. Também a pressa em tomba a maior parte dos sítios urbanos do período colonial, de uma só vez, para garantir a sua salvaguarda e afirmar a sua importância como expressão da produção genuinamente brasileira, fez com que apenas essa documentação básica fosse produzida.

Expediente

Reportagem, pesquisa e textos:
Carlos Agne

Fotos: Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos e acervo da Construtora Pérpola

Edição: Cléia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Revisão: Verlaine Silveira

Planejamento gráfico e edição eletrônica: Rafael dos Santos



A Casa de Câmara e Cadeia, onde foi proclamada a República Juliana, em 1839

Reformulação

Em 1987, foi criado o Formulário Geral do Sítio Urbano, que sintetiza todos os dados levantados pela pesquisa histórica e pela análise da configuração urbana atual. Nos últimos três anos, o IPHAN vem aperfeiçoando o sistema informatizado e já disponibiliza o inventário na Internet, ainda que de forma provisória.

Questionários detalham situação dos imóveis

Durante os últimos nove meses, uma equipe de dois arquitetos e seis estagiários passaram manhãs e tardes nas ruas do Centro Histórico de Laguna - inseridas no polígono do Tombamento -, a bater de porta em porta, apresentar questionários e fazer uma análise arquitetônica, para verificar o estado de conservação e preservação histórica do casario colonial.

Enquanto um membro do grupo abor-

dava o morador sobre reformas que fez ou pretende fazer em sua residência, além de registrar sua opinião em relação à cidade, para traçar um perfil sócio-econômico-cultural do entrevistado, outros desenhavam a planta da casa a partir das medidas das paredes e diagonais dos cômodos. Todos os relatórios estão sendo transferidos para o computador. Irão compor o banco de dados digital.



Restaurado em 2004, o casarão construído na década de 20 do século XX, onde funcionou a usina elétrica da cidade, passou a abrigar o Museu do Tratado de Tordesilhas, em 2003

Padrão



Dagoberto: "Inventário resgata a identidade local"

Essa tem sido a rotina do grupo na primeira fase do projeto, que conta com o arquiteto Dagoberto Martins no comando. A meta final é a elaboração de um documento histórico, dentro do esquema do INBI-SU, que vem sendo efetivado há dez anos pelo IPHAN. As cidades históricas de Ouro Preto, Tiradentes e Diamantina, que assim como Laguna são tombadas pelo governo federal, independentemente da Unesco, estão entre as que já tiveram seus respectivos inventários concluídos.

Cada morador visitado pela equipe respondeu a um questionário de padrão nacional, destinado a todos os sítios históricos do país, e que vem dividido em três partes. Na primeira, o morador deve revelar se possui alguma planta do imóvel e a fachada é fotografada, para se estabelecer um panorama das casas que representam tipologia original externa e interna, mesmo tendo passado por reformas.

A segunda parte indaga sobre o estado de preservação do imóvel, a partir de suas características arquitetônicas, como cobertas, coroamento, molduras, cores, teto, paredes, painéis, forros, balaústres e outros bens pertencentes ao imóvel. Além disso, são avaliados o seu uso e o fechamento do lote a partir de alguns fatos relevantes e constatado se houve ou não desmembramento da edificação. Já a terceira parte tem como objetivo checar o estado de conservação, onde é avaliada a situação dos telhados, se há rachaduras nas paredes ou fundação do solo.

Cadastramento reafirma identidade local

A exemplo de outros municípios que foram beneficiados com a realização do inventário pelo IPHAN, como Tiradentes (MG), São Luiz (MA) e Rio Contas (BA), a identidade da cidade de Laguna é reafirmada e preservada com o levantamento e registro dos bens imóveis em sítios urbanos. Conforme enfatiza Dagoberto Martins, o tombamento é sinônimo de proteção e uma etapa do processo de preservação do patrimônio histórico.

As ações de restauro, de manutenção e o cadastro integram a preservação. "Se houver algum acidente, como o ocorrido com o Mercado Público de Florianópolis, o cadastro permite que se possa restaurar, e não cometer o crime que fizeram. Aliás, não foi restauro e sim reforma. Foi uma coisa feita às pressas e por causa de dois ou três meses acabaram jogando fora uma história de 300 anos",

comparou o arquiteto.

O inventário, segundo ele, faz parte do plano de preservação de uma cidade histórica. A cidade é colocada no papel, com o nome das ruas, plantas das casas, depoimentos dos proprietários e o registro da história. A documentação alia o registro arquitetônico e a história. "Quando um historiador for pesquisar vai encontrar todos os detalhes, inclusive as referências bibliográficas. Além do detalhe arquitetônico de cada unidade que visitamos, registramos a planta baixa, corte e fachadas e fazemos pesquisa com a família, em busca de informações históricas", detalha Martins.

Global - O material do levantamento, informa, será compilado em forma de catálogo e será disponibilizado na Internet. Qualquer pessoa, em qualquer lugar do planeta, assinala, vai poder saber

tudo sobre a cidade histórica de Laguna. "Varsóvia foi destruída pela guerra e foi totalmente restaurada. Ela somente pôde voltar a ter suas características originais porque havia o inventário. Isto dá a medida da importância deste projeto", salienta o arquiteto.

Para Martins, esse trabalho é importante para história da humanidade, da condição humana e para os paradigmas de comportamento. "O que interessa é a memória e não podemos conservar uma história sem ela. É isso que queremos", resume. No processo de cadastramento do museu de Laguna, a equipe foi surpreendida pela assinatura do poeta Carlos Drummond de Andrade no parecer do tombamento, efetivado em decreto datado de 1954. "Quantas outras partes de nossa história ainda estão escondidas sob esses casarios?", instiga o arquiteto.



Inexistência de cadastro e "pressa" acabaram contribuindo para que a parte do Mercado Público de Florianópolis afetada pelo incêndio tivesse sua história perdida

Trabalho baseia-se na análise *in loco* dos bens imóveis

De acordo com o IPHAN, o *Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos* é um documento indispensável para a regulamentação do tombamento. Dentro da metodologia utilizada para o levantamento, a catalogação define os critérios de intervenção, configuração espacial urbana, consulta prévia de viabilidade, acervo histórico, sistema construtivo primitivo, tipologia arquitetônica, evolução histórica e usos e superposições. No âmbito do projeto de restauro, segundo Dagoberto Martins, são analisados os valores históricos e estéticos, com a integração da cidade e paisagens, os valores físicos e ambientais, com a consolidação do sistema construtivo e material, e valores sócios e funcionais, com usos e integração social.

Martins enfatiza que os pesquisadores de campo avaliam todos os aspectos e características arquitetônicas, desde a

fachada principal e uso atual, ao tipo de materiais empregados nas coberturas, coroamento, acabamento da fachada principal, das molduras dos vãos, dos guarda-corpos, esquadrias e classificações tipológicas dos bens.

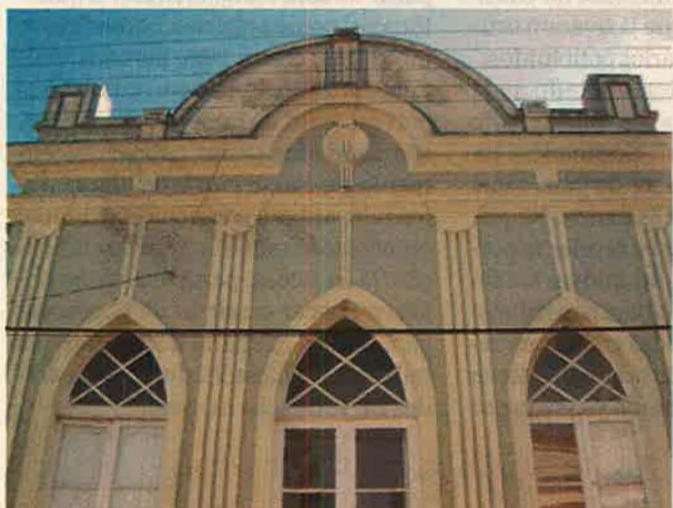
O que é Tombamento

A origem do termo "tombamento" vem da Torre do Tombo (Torre do Arquivo), em Portugal, como é chamado o arquivo central daquele país desde a idade média. Com mais de 600 anos, é uma das mais antigas instituições portuguesas ainda ativas. Seu nome vem do fato do arquivo ter estado instalado desde cerca de 1378, até 1755, numa torre do Castelo de S. Jorge.

O tombamento é um registro oficial e legal de um edifício, um conjunto de edificações, centros urbanos históricos, ou objetos e coleções de significado exemplar para a sociedade.



Inventário aponta a tipologia do telhado deste prédio como de cumeeira perpendicular à rua



O coroamento das fachadas principais é catalogado



Guarda-corpos de ferro batido...



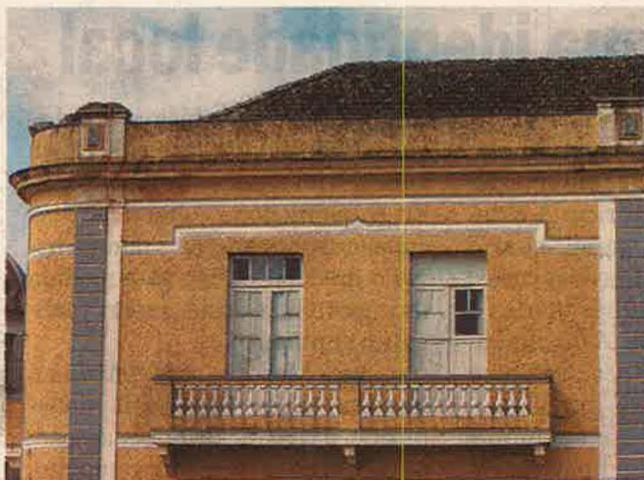
...e à base de ferro fundido



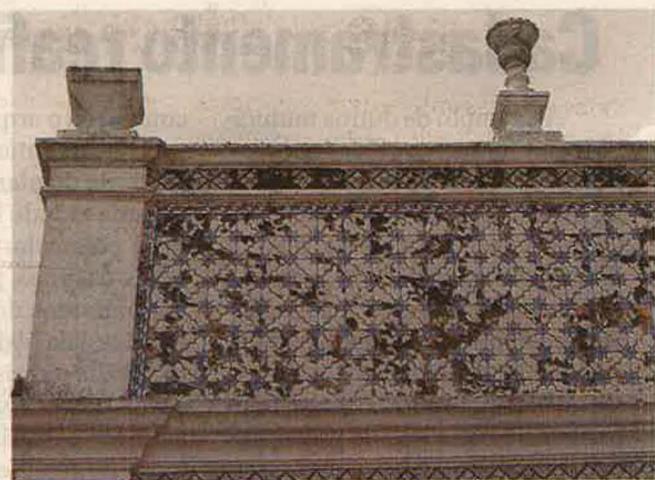
Esquadrias em vidro e madeira



Base dos guarda-corpos é de argamassa e cantaria



A argamassa também é a base do material de coroamento



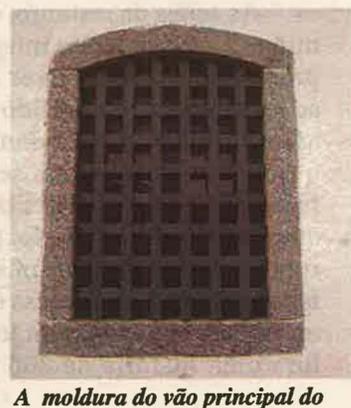
Neste casario o material de coroamento é de azulejo antigo



O coroamento da fachada do prédio é de platibanda



Guarda-corpos feito à base de argamassa



A moldura do vão principal do prédio é de cantaria

Técnica europeia salva casario da destruição

Construída no século passado, a casa de esquina, medindo 30 metros por 5 metros quadrados, esteve abandonada até 1997. Até 1985, por ocasião do tombamento, ainda era ocupada pela família Candemil. Os proprietários resolveram doar o imóvel para o IPHAN, em 1997, que empregou cerca de R\$ 90 mil em obra de restauro.

O trabalho, executado pela Construtora Périgola, especializada em restauro e preservação, começou praticamente do zero, pois as paredes externas, algumas esquadrias e a estrutura do telhado estavam no chão. Com base em fotografias antigas, nos depoimentos dos antigos proprietários e minuciosa prospecção arqueológica, a casa readquiriu sua aparência original, ao menos externamente.

Para finalizar, as arquitetas do escritório regional do IPHAN, Maria Izabel Kanan e sua parceira no projeto Terracal, Lílian Mendonça Simon, resgataram na técnica usada pelos imigrantes açorianos e italianos em suas construções, pela primeira vez no país a cal substituiu o cimento na restauração de um edifício histórico. O casarão abriga atualmente o Arquivo Histórico da cidade.



A casa dos Candemil foi a primeira construção histórica no país a ter o cimento totalmente substituído pela cal na sua restauração. O estilo arquitetônico é luso-brasileiro de meados do século XIX



Ele também foi usado na recuperação do Museu Etnográfico de São Miguel, em Biguaçu

Material é essencial nas restaurações

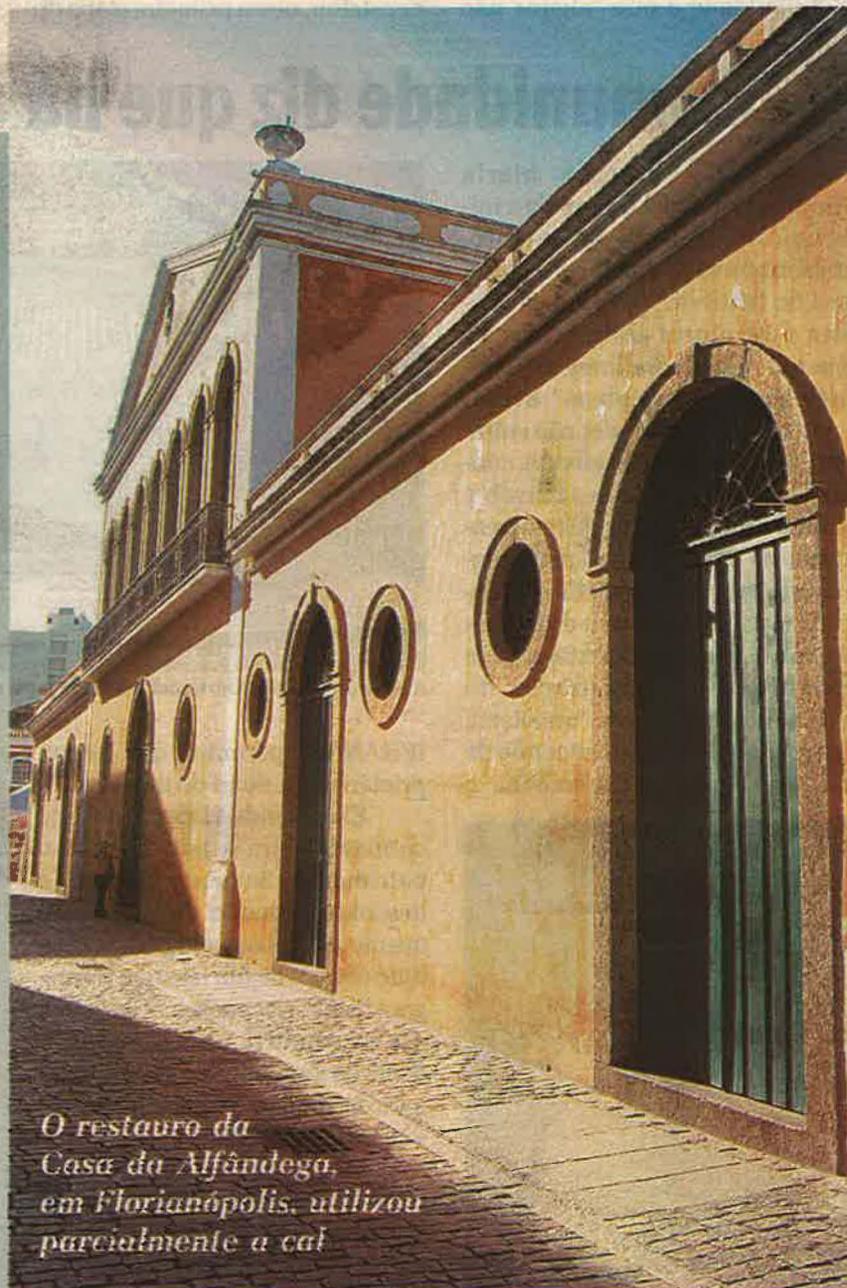
Todas as casas antigas recebiam argamassa e reboco à base de cal, pois o cimento ainda não havia sido inventado. Atualmente, a cal é utilizada no reparo e manutenção de edificações históricas e monumentos. Segundo as arquitetas Maria Izabel Kanan e Lílian Mendonça Simon, a cal é essencial para a produção de argamassa, rebocos, caiações e tratamentos. “Mas seu uso tem sido bastante negligenciado devido à dificuldade de obtenção de mão-de-obra qualificada e domínio da técnica de preparação e aplicação”, relatam as arquitetas. A técnica, de acordo com elas, foi empregada em trabalhos parciais no Museu Etnográfico de São Miguel, em Biguaçu, e no prédio da antiga Alfândega, em Florianópolis. “O casarão dos Candemil foi o primeiro a levar cal em toda a sua restauração”, contam.

Tanto os açorianos quanto os italianos e seus descendentes usaram essa técnica durante muitos anos, até aparecer o cimento. No caso específico da casa dos Candemil, a tecnologia estava praticamente perdida. Foi necessário um resgate científico e teórico, ali-

ado à experiência de um mestre de obras que atuava na restauração em Laguna. Mas foi necessário procurar muito para encontrar alguém com conhecimento prático.

As arquitetas destacam que, além da quase inexistência de mão-de-obra especializada, outra dificuldade é a obtenção da cal. O produto tem que ser trazido de Minas Gerais, onde existem importantes reservas de calcário calcítico, com excelente grau de pureza, ao contrário do encontrado em Santa Catarina, que já foi usado mas não é o ideal. A cal virgem tem que ser hidratada na obra, de três semanas a três meses, em descanso, garantindo uma argamassa com maior plasticidade.

A união entre a experiência de descendentes dos primeiros imigrantes italianos instalados na região do município de Nova Veneza e a prática, segundo o arquiteto Dagoberto Martins, viabilizaram a restauração da Casa dos Candemil. “Os trabalhadores de origem italiana iniciaram, antes de nós, o resgate da técnica, o que tornou possível a restauração”, resume.



O restauro da Casa da Alfândega, em Florianópolis, utilizou parcialmente a cal

Equipe do IPHAN encontra resistênciã de moradores

Nesta primeira fase do projeto, a equipe do IPHAN visitou 575 casas, das 600 inicialmente previstas. Pouco tempo, casas fechadas, desconfiança dos moradores ou até má vontade em alguns casos, acarretaram várias dificuldades aos pesquisadores. "Estávamos muito otimistas, mas a questão do tempo e do acesso acabaram jogando um pouco de água fria nas nossas expectativas", avalia o arquiteto Jean Carlo de Souza, Gerente do Inventário Arquitetônico e Artístico do IPHAN, responsável pela coordenação de uma equipe de estagiários.

De acordo com ele, o questionário aplicado assusta alguns, por ser bastante completo, uma vez que aborda todos os aspectos arquitetônicos. "A pesquisa dá ao IPHAN condições de produzir inúmeros gráficos analíticos", explica. A maior dificuldade é que "alguns não



Jean diz que questionário é mal interpretado por alguns

estão dispostos ou disponíveis, porque acham que é um trabalho fiscal ou que vamos embargar uma obra ilegal, o que não é a nossa função", completa.

O fato das casas, além de pertencerem aos seus proprietários, também integrarem o patrimônio, implica em algumas limitações para os moradores. E o que se constatou, nessa primeira etapa do

projeto, foi que muitas alterações foram feitas sem se respeitar as regras do tombamento. "É fácil manter vivo um conjunto residencial. Difícil é viver numa casa com estruturas do século passado, com toda a mudança de vida e costumes. Então vai se construindo, preenchendo o terreno e, como o processo de embargar uma obra ilegal é muito longo, fica por isso mesmo", ressalta o arquiteto.

Apesar do IPHAN dar apoio e sugestão de construção dentro da lei de uso e ocupação do solo, e das regras de preservação do patrimônio, falta consciência e colaboração dos próprios moradores, segundo avalia Jean Carlo. Alguns desconfiam da utilidade deste trabalho. Ele salienta, entretanto, a total colaboração de inúmeros moradores, permitindo o acesso da equipe às suas casas.

Comunidade diz que há descaso

A dona de casa Maria Olindina Couto diz que apóia a iniciativa do IPHAN. Entretanto, também afirma conhecer bem o "descaso do Instituto". "É fácil se adequar a estruturas antigas, mas, se depender dos moradores, a história fica em segundo plano", avalia.

"Na minha casa eles não entraram. Não é contra o Dagoberto, contra os estagiários, contra o trabalho. É contra a administração que está sendo feita do tombamento", argumenta o funcionário aposentado do Banco do Brasil e um auto-didata da História, Antonio Carlos Marega. Ele classifica a administração do patrimônio histórico de "unilateral, e impositiva. Também desconfia de que, após catalogar o imóvel, o



A casa onde Anita Garibaldi vestiu-se para casar com Giuseppe Garibaldi

IPHAN não permitirá que "o proprietário seja dono do que é seu."

Ele defende a criação de uma comissão para administrar o patrimônio. Segundo Marega, o descontentamento da população quanto ao tombamento pode ser medido através de um fato que já integra a história lagunense. "Chegaram a ir, em comitiva, ao Sarney (presidente da República de 1984 a 1990) para destombar o tombamento. Vê se é possível?", diz.

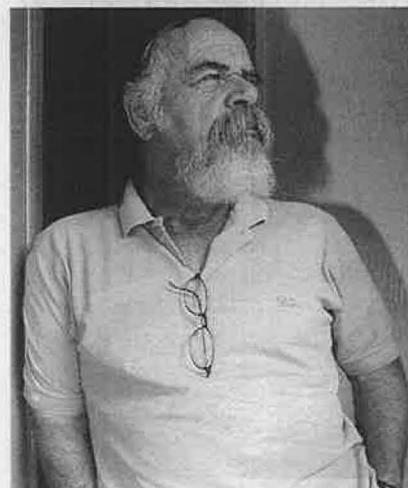
Ele afirma que impedir a entrada da equipe do IPHAN em sua casa é seu "ato de protesto" e assume ter uma posição radical sobre o assunto, já que considera que as "ordens" estão vindo de cima para bai-

xo", a exemplo do que diz ter acontecido com o museu, que teria perdido parte de sua identidade. "O acervo não é do IPHAN", resume. De acordo com ele, o museu tem uma característica especial, pois a constituição do acervo foi feita de porta em porta, através de doações de "uma xícara, uma travessa, um bule, que pertenceu aos antepassados." "Doou-se parte da história das famílias e ele conta a história de nossa genealogia. Então, chega uma moça de Florianópolis, formada em arquitetura, faz um projeto museológico, o IPHAN autoriza e lá se vai a nossa história", simplifica.

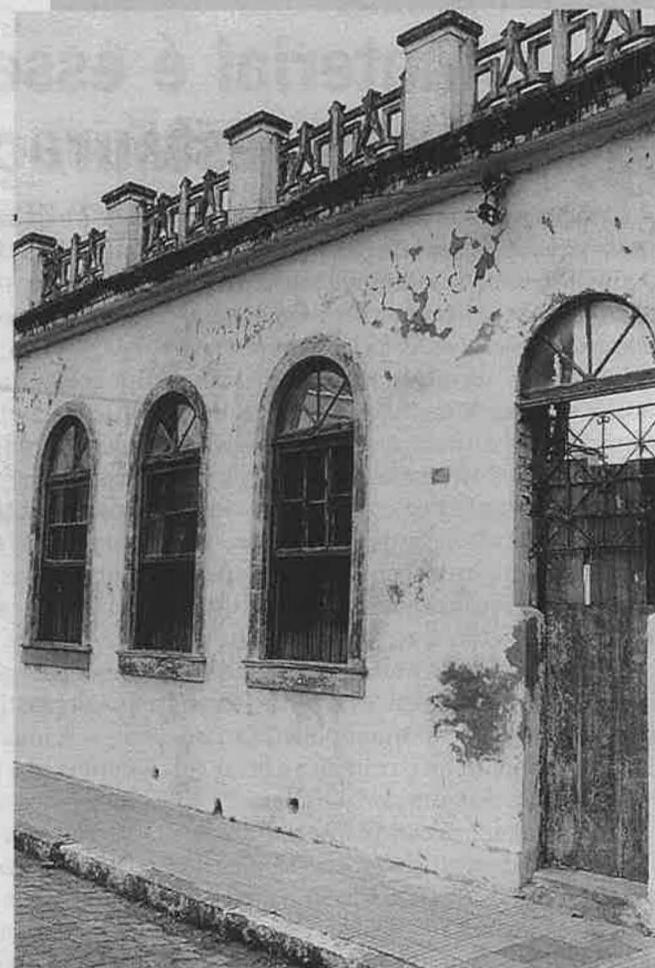
Cultura perdida?

Antonio Carlos Marega afirma taxativamente que a geração que construiu a cultura lagunense "não existe mais". Em sua avaliação, a cultura a que se refere foi consolidada em 1959, quando foi inaugurada a ponte de Cabeçuda, deixando Laguna fora da rodovia. Nesse período, conforme Marega, as famílias passaram a gastar tudo aquilo que possuíam, justamente no comércio local.

A partir daí surgiu uma geração de emergentes, na sua maioria formada por rapazes do interior que foram para outras capitais e cidades do país para trabalhar. "Fizeram o pé de meia e retornaram para se estabelecer na cidade com restaurantes, lojinhas e lanchonetes. Eles desconheciam a história de Laguna", assinala. Isso gerou, segundo ele, a revolta de muitos contra o tombamento. "Para eles, uma casa é uma casa. Acham que têm de derrubar e construir outra melhor, dentro do interesse do estabelecimento comercial deles", comenta. Esta, aliás, diz Marega, foi uma das causas que levou ao tombamento do Centro Histórico de Laguna da forma como foi feito. A partir da cumeeira do morro, foi traçado um polígono, e tudo o que está nesse traçado foi tombado. "Quem estava ali entrou e não houve tempo para estudar caso a caso", concluiu.



Marega: "Casa de Anita não é histórica"



Alguns casarões são abandonados para cair

Pesquisa histórica configura traçado urbano de Laguna

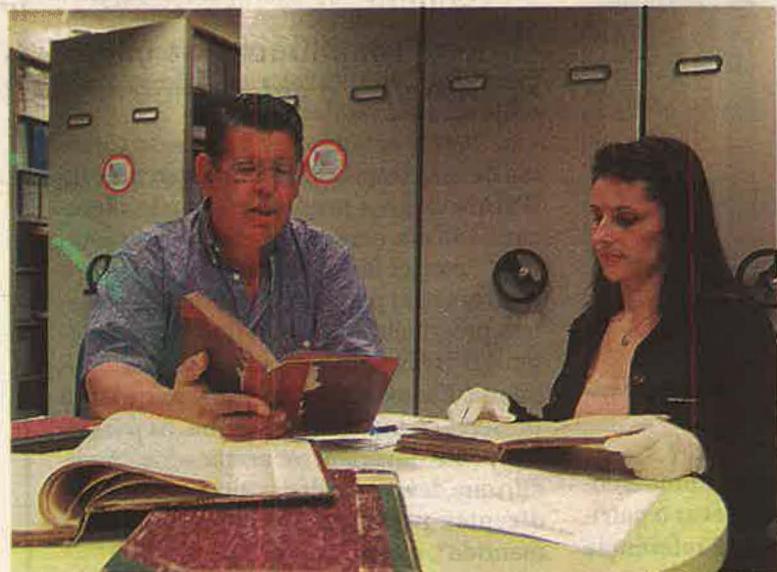
A outra etapa do processo de levantamento para a catalogação dos dados de Laguna para o *Inventário Nacional dos Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados* é a pesquisa histórica que se concentra na identificação de fontes arquivísticas, em busca de documentação textual, de fonte primária, que ajude a configurar o traçado urbano do município de Laguna. A busca do pesquisador abrange qualquer documento que leve a entender o centro histórico – área de interesse patrimonial – bem como influências externas ao polígono de tombamento.

O jornalista e historiador responsável por esse trabalho, Ricardo Moreira de Mesquita, explica que o objetivo é produzir um catálogo com informações sobre a localização das referências textuais e bibliográficas do município de Laguna, que possam facilitar o diagnóstico da área tombada.

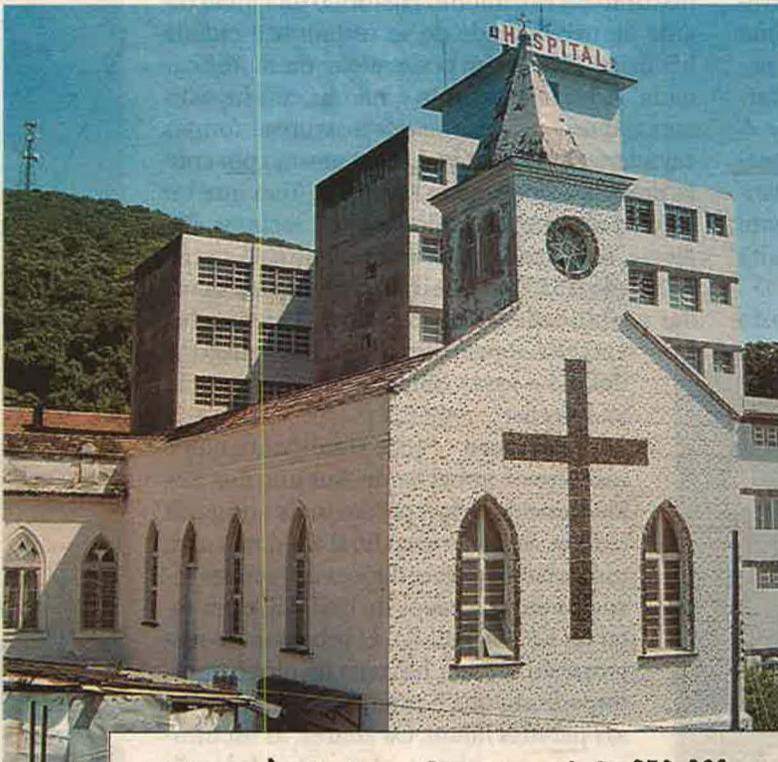
A idéia de que apenas preservamos o que nos é pertinente, aquilo com que nos identificamos, norteia a busca de informações. Desta forma, diz Mesquita, a importância da pesquisa documental se reflete na identificação do bem imóvel – aspecto físico do tombamento – com a sua inserção na História. “Muita vezes, não compreendemos o porquê do tombamento deste ou daquele imóvel, mas com sua contextualização ele torna-se objeto da História. É a salvaguarda do patrimônio”, explica.

Crítico - O trabalho, feito com o auxílio das estagiárias Luciene e Tatiana Rossi, é cansativo, mas tem seu lado emocionante, conforme define o jornalista. Cansativo, explica, porque a leitura de documentos do século 19, por exemplo, exige muita atenção. Não somente na busca das referências que interessam, mas também na compreensão do português. “Além das mudanças gramaticais e ortográficas, encontramos abreviaturas que foram peculiares àquele momento da História e, às vezes, de uso pessoal de quem estava produzindo o documento, a fonte primária. Outro fator complicador é a mudança de alguns topônimos”, detalha Mesquita.

Muitos nomes geográficos mudaram com o tempo, ou em parte, com modificações da grafia, adquirindo uma nomenclatura popular derivada da original, ou foram totalmente alterados. “Então, nossa primeira atitude foi levantar os limites do município de Laguna no século 18, que incluíam Garopaba, Imbituba, Tubarão, Imaruí e Aranguá”, conta ele. Com essa informação, foram pesquisados dicionários geográficos de 1868 a 1915 e relacionados os pontos geográficos que interessavam ao objetivo da pesquisa. “Procuramos, assim, reduzir a chance de passar despercebido algum documento que fizesse referência a um local importante e que, não sendo de nosso conhecimento, deixaríamos de lado”, salienta.



Ricardo Mesquita encontrou cerca de 375 documentos no Centro de Memória



Dessa quantia dispendeu a comissão 250\$000 rs. com o pagamento a Jerônimo Coelho Netto das benfeitorias existentes no terreno por elle doado ao hospital, e 230\$570 rs. com o preparativo de uma casa para receber enfermos cholericos, caso a epidemia invada a cidade. A comissão nada espera da beneficencia particular, ao menos enquanto a obra não tiver grande impulso á custa dos cofres da



O terreno que abriga o Hospital de Caridade de Laguna foi doado por Jerônimo Coelho Netto (ao lado)

Centro de Memória da Assembléia é uma das fontes

A pesquisa histórica foi iniciada no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, onde existem centenas de documentos. Foram identificadas 26 séries documentais e já foram analisadas oito delas. “Encontramos mais ou menos 200 documentos e tem muita coisa interessante. O apoio dos funcionários do Arquivo Estadual é muito bom e eles realizam, dentro do possível, o importante trabalho de manter esses documentos em condições de pesquisa”, avalia o jornalista e historiador Ricardo Moreira de Mesquita.

Na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, foi feita uma prévia avaliação do material. Foram encontrados vários títulos de jornais do século passado publicados em Laguna. Muitos são da linha literária, o que era comum. De interesse da pesquisa foram selecionados oito jornais, mais ou menos 5.700 exemplares que deverão ser lidos a partir de fevereiro.

No momento, Mesquita e as duas estagiárias estão concentrados no Centro da Memória Oswaldo Rodrigues Cabral, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Até agora, foram encontrados 375 documentos com referências importantes a Laguna no Centro da Memória. “Foi importante e de grande ajuda a indexação da maioria dos documentos, como também a tarefa de restauro a que os funcionários do Centro se dedicam”, salientou ele.

Elos encontrados

Inúmeras curiosidades são encontradas no estudo da história da região. Mesquita lembra que, quando estava lendo o discurso do presidente da Província, João José Coutinho, de 1856, feito na Assembléia Provincial de Santa Catarina, ficou sabendo que Jerônimo Coelho Netto havia doado o terreno para a construção do Hospital de Caridade em Laguna e que tinha recebido 250 contos de réis pelas benfeitorias existentes no terreno. Então, descobriu-se que foi Jerônimo Coelho quem doou o terreno. Era uma informação ainda obscura e que agora tem um registro oficial e identificado.

Outra curiosidade é que, no século 19, era comum o governo pagar todas as despesas da Igreja – construção, manutenção e os acessórios dos padres e da liturgia. No discurso de abertura do ano legislativo de 1865, o presidente da Província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, comunica que em Imaruí o vigário reclama da falta de objetos para a liturgia, mas que em 1862, quando esteve no Rio de Janeiro, os comprou e, desde que o governo autorize e lhe pague a compra, ele os usará.

Governo projeta investir R\$ 1,3 bilhão em obras e programas

fotos Jonas Lemos Campos

Os parlamentares aprovaram, na noite do dia 14, o Orçamento do Estado para 2006, projetado em R\$ 8,6 bilhões para receita e despesas, valor 5,57% menor do que o de 2005, que foi de R\$ 9,63 bilhões. A contabilização dos recursos referentes às transferências constitucionais aos municípios, conforme alertou o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e o que dispõe a Portaria nº 219/04, da Secretaria do Tesouro Nacional, foi suprimida, o que contribuiu para a redução do valor.

Para compor a receita o governo estadual prevê arrecadar R\$ 7,5 bilhões em tributos. Os restantes R\$ 1,149 bilhão virão do orçamento da Seguridade Social - recursos federais -, contribuições dos

servidores e cota-parte patronal.

Nas despesas, o governo prevê investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão para o desenvolvimento de programas e obras, de um total de R\$ 6,19 bilhões destinados a despesas com o pagamento da folha de pagamento, custeio da máquina administrativa e pagamento de dívidas interna e externa. Os restantes R\$ 2,4 bilhões serão destinados para a seguridade social, aposentadorias, pensões e auxílios diversos realizados pelo Ipesc.

Parecer - A proposta orçamentária votada em Plenário decorreu de voto vista apresentado pelo de-



Dionei (no detalhe), elogiou mudanças propostas por Küster



Votação do plano de carreira e promoção dos praças foi acompanhado das galerias



putado Francisco Küster (PSDB) ao parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação, Dionei Walter

da Silva (PT). A Comissão acatou as modificações propostas. Foram acolhidas as 20 emendas originadas das 10 audiências públicas referentes ao Orçamento Regionalizado. "Acolho as alterações no Orçamento, construídas de-

mocraticamente nos municípios pelos cidadãos e seus representantes", disse Küster, justificando a rejeição de praticamente todas as emendas propostas pelos parlamentares. Destas, foram acolhidas a que destina subvenções para os bombeiros voluntários, duas redacionais e uma assegurando recursos para projetos referentes à preservação do Aquífero Guarani. Das 359 emendas apresentadas, incluindo as do Regionalizado, foram acolhidas ainda nove do Executivo e uma do Ministério Público Estadual. (MMV)

Deputados aprovam plano de carreira e promoção dos praças militares

Os soldados de terceira, segunda e primeira classe, cabos, sargentos de terceira, segunda e primeira classe e subtenentes serão enquadrados como praças da PM e do Corpo de Bombeiros Militar. Isto é o que determina o Projeto de Lei Complementar nº 28/05, de origem do Executivo, aprovado na quarta-feira (14). O ingresso no quadro será feito por concurso público.

Também fica estabelecido que, após 30 anos de serviço, esses servidores passarão à situação de excedentes no quadro funcional, até o limite de 10% do número de vagas previstas para o grau hierárquico em que se encontram. Para designar uma promoção, será formada uma Comissão de Promoções de Praças, composta pelo subcomandante-geral, como presidente, dois

oficiais superiores, um oficial intermediário, um oficial subalterno e um oficial subalterno em serviço na Diretoria Pessoal, como secretário.

Emendas - Das diversas emendas apresentadas ao PLC, cinco foram aprovadas, todas modificativas, sendo três de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL) e duas de autoria do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), atendendo reivindicações da Aprasc (Associação dos Praças de Santa Catarina). O enquadramento como praça da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos soldados de 3ª, 2ª e 1ª classes, cabos, 3º, 2º e 1º sargentos e subtenentes está prevista em emenda do deputado Onofre. Ele também é autor da emenda que estabelece requisitos para a promoção a 2º e 1º sargentos e a subtenentes. A promoção só ocorrerá quando o can-

didato tiver, no mínimo, a metade do interstício previsto para sua graduação em regime arregimentado. De acordo com o deputado, isto garante o benefício, como medida de justiça, aos que estiverem, por declaração médica, impedidos temporariamente de exercer suas atividades. Também foi do pefelista a proposta que acresce à CPP (Comissão de Promoção de Praças) um subtenente como membro ouvinte.

Das emendas do deputado Blasi, uma obriga a realização de teste de aptidão física, ou dispensa dele por junta médica. A outra define que o acesso às vagas nos cursos de formação de cabo e sargento se dará na proporção de um por antiguidade e três por merecimento, estando o praça no limite do primeiro terço na respectiva graduação. (DAB/RV)

Alterações no PPA

Assim como o Orçamento para 2006, o Projeto de Lei nº 397/05, que altera para o período 2006/2007 o Plano Plurianual 2004/2007, foi aprovado pela maioria dos parlamentares, com a rejeição de quase todas as 46 emendas propostas.

A inclusão de novos programas e a exclusão de outros no PPA serão feitas no período 2006/2007. A exclusão ou alteração dos programas constantes desta lei, ou a inclusão de novos programas, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico. Por decreto do governador, o PPA poderá ser revisado, ou modificado, em até 25% das previsões iniciais por programa.

O petista Dionei Walter da Silva, relator das alterações e do Orçamento 2006, fez referências positivas às duas matérias. Com relação ao Orçamento, parabenizou o acolhimento das emendas do Regionalizado, porém criticou a redução dos valores destinados à agricultura. (MMV)

Manutenção de bolsas para o ensino superior terá fundo específico

Os parlamentares aprovaram, na tarde do dia 13, o substitutivo global, de autoria dos deputados Celestino Secco (PP), Jorginho Mello (PSDB) e Paulo Eccel (PT), ao Projeto de Lei Complementar nº 25/05, de origem governamental. A matéria regulamenta o Artigo 171 da Constituição do Estado, instituindo o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Superior no Estado de Santa Catarina.

O Fundo estará vinculado à Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, e será integrado por recursos recolhidos de empresas privadas beneficiárias de incentivos financeiros e/ou fiscais. Elas terão que recolher 2% do valor correspondente ao benefício e 1% do valor do contrato de pesquisa firmado com órgão ou empresa da administração pública direta, autárquica ou fundacional.

O correspondente a 20% da arrecadação do Fundo serão destinados à concessão de bolsas de pesquisa; 10% vão para a implantação ou ampliação de campi da Udesc pelo Estado; outros 10% para a concessão de bolsas de estudo para alunos economicamente carentes, matriculados em cursos e programas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado, nas instituições de ensino superior cadastradas. Os restantes 60% são para bolsas de estudo a alunos economicamente carentes decursos de graduação nas instituições de ensino superior, sediadas e regularmente habilitadas a funcionar no Esta-

do.

Crítérios – A renda familiar dos candidatos às bolsas não poderá ultrapassar um valor que será definido anualmente pelo governador. Outros requisitos para a concessão das bolsas são o mérito acadêmico e o local onde o candidato reside.

O benefício será concedido pelo prazo de duração do curso ou programa de pesquisa ao aluno regularmente matriculado que tenha cursado o ensino médio completo em unidade escolar da rede pública ou em instituição privada com bolsa integral ou supletiva. O bolsista terá que apresentar, semestralmente, documento comprobatório de satisfatório desempenho acadêmico.

Terão prioridade os selecionados que optarem pelos cursos de licenciatura e Pedagogia, definidos anualmente por ato do governador. O benefício será concedido ao portador de necessidades especiais na forma da lei.

A quantidade de bolsas a serem custeadas com recursos do Fundo será diretamente proporcional ao número de alunos de cada instituição e inversamente proporcional ao número de alunos nos cursos e programas aprovados pelas secretarias de Desenvolvimento Regional, considerado o IDH (índice de Desenvolvimento Humano) dos municípios de cada região. (MAP/RV)

Udesc

Os funcionários públicos estaduais que foram redistribuídos para a Fundação Udesc passam a fazer parte do quadro de pessoal permanente. Isso tornou-se possível através do Projeto de Lei nº 454/05, aprovado na tarde do dia 13 pela Assembléia. O projeto determina também que aos servidores redistribuídos serão concedidos os mesmos direitos e vantagens assegurados

àqueles do quadro permanente.

O enquadramento observará a manutenção da essência das atribuições e o mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional exigidos no seu cargo do órgão de origem. Segundo o reitor da Udesc, Anselmo Fábio de Moraes, o projeto corrige as desigualdades enfrentadas pelos servidores redistribuídos, como a diferença salarial.

Subsídios

Os salários do governador e do vice-governador para o exercício de 2006 foram fixados em R\$ 10 mil e R\$ 7 mil, conforme o Projeto de Lei nº 529/05, da Comissão de Finanças e Tributação.

Os secretários de Estado receberão mensalmente no próximo ano, R\$ 6 mil.

A definição dos salários pela Assembléia Legislativa é determinada pelo Artigo 39 da Constituição Estadual, que prevê a fixação desses subsídios através de lei.

Abono

O Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 121/05, que trata da concessão de abono aos servidores da Secretaria Estadual da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, foi aprovado no dia 7, com emendas do relator da matéria, deputado Gelson Merísio (PFL). O valor do benefício passa de R\$ 250 para R\$ 290, a serem pagos em parcelas, de novembro de 2005 a fevereiro de 2006.

As alterações propostas por Merísio determinam que as despesas decorrentes deste abono, no exercício de 2006, correrão por conta do Orçamento da SSP e do Ipesc.

Extinção

De origem do Executivo, o Projeto de Lei Complementar nº 49/05 também foi aprovado na penúltima sessão ordinária do ano, modificando o dispositivo da Lei Complementar nº 284/05, alterando data de extinção da FCC (Fundação Catarinense de Cultura), da Fesporte (Fundação Catarinense de Desporto) e da Santur (Santa Catarina Turismo S/C), do dia 31 de dezembro de 2005 para 31 de dezembro de 2006.

Cargo

Com a justificativa da necessidade de haver um responsável para administrar e fazer o controle de liberação e pagamento de todas as empresas que são beneficiadas pelo Prodec (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense), o Executivo enviou à Casa o Projeto de Lei Complementar nº 40/05, aprovado no dia 13 em Plenário, criando o cargo em comissão de gestor do Fadesc (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Empresa Catarinense). O cargo estará vinculado ao gabinete do secretário da Fazenda.



Deputados Jorginho Mello, Celestino e Eccel elaboraram o substitutivo referendado em Plenário

Organização da PGE

Motivo de muita discussão entre os parlamentares, o que resultou na apresentação de diversas emendas, o Projeto de Lei Complementar nº 48/05, que trata da organização e do funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e do regime jurídico dos procuradores do Estado, foi aprovado no dia 7, em Plenário.

Depois de sancionada, a lei vai autorizar o órgão a representar judicialmente o governador, o presidente do Tribunal de Justiça e os secretários estaduais quando demandados em ações populares, ações civis públicas e ações de improbidade administrativa. A Procuradoria fará a defesa em ações por atos praticados em decorrência das atribuições constitucionais ou legais, desde que não haja conflito com os interesses de Santa Catarina, no entendimento do Conselho Superior.

Licenças

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 42/05, foram estabelecidos critérios para usufruto de licenças-prêmio e licenças especiais para o funcionalismo público estadual. A proposta permite o acúmulo de somente duas licenças-prêmio ou licenças especiais, veda a suspensão do usufruto destas licenças, salvo por determinação de autoridade superior, e determina que sejam usufruídas antes da concessão da aposentadoria do servidor, sob pena de prescrição.

A matéria determina ainda que os direitos adquiridos com relação às licenças correspondentes a períodos aquisitivos anteriores serão resguardados. As licenças-prêmio ou especiais já acumuladas antes da vigência da nova lei deverão ser usufruídas de acordo com a conveniência e o interesse público, até que restem apenas as duas permitidas. O usufruto dessas licenças já acumuladas deverá ocorrer no prazo de até seis anos após a vigência da lei.

Estado vai instituir política antidrogas

Jonas Lemos Campos

Os deputados aprovaram a proposta governamental que institui o Sistema de Prevenção, Fiscalização, Recuperação e Repressão de Entorpecentes, o Conselho Estadual de Entorpecentes e o Fundo Especial Antidrogas. A nova lei estabelecerá diretrizes, estratégias e atividades destinadas à prevenção, tratamento, recuperação, reinserção social e combate ao tráfico de entorpecentes. A política estadual antidrogas estará em consonância com as diretrizes da Secretaria Nacional Antidrogas.

Para a implantação das ações serão observadas as necessidades e peculiaridades regionais em iniciativas de cunho educacional sobre o uso de entorpecentes, formação técnica e aperfeiçoamento de profissionais envolvidos com tratamento e prevenção e a promoção de programas de orientação e prevenção em

âmbito estadual e municipal.

O Conselho Estadual de Entorpecentes terá caráter permanente, vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Caberá a este órgão colegiado deliberar, normatizar e executar a política estadual de prevenção, fiscalização, recuperação e repressão de entorpecentes. Além da elaboração de planos para viabilizar ações de combate ao uso e reabilitação de dependentes, terá a função de supervisionar e fiscalizar a aplicação dos programas.

O Fundo Social Antidrogas será vinculado ao Conselho de Entorpecentes e estará destinado a captar, controlar e aplicar recursos financeiros. Vai garantir a execução das ações preventivas, fiscalizadoras, repressivas e de recuperação em razão do tráfico e uso de entorpecentes e de substâncias que acarretem dependência física e psíquica. (SD)



Parlamentares aperfeiçoaram a proposta remetida pelo Poder Executivo

Reflorestamento

O reflorestamento com espécies exóticas para fins de consumo e/ou comercialização deverá obedecer ao Zoneamento Agroecológico e Sócioeconômico do Estado, elaborado pela Epagri. É o que determina o Projeto de Lei nº 27/05, de autoria do deputado Afrânio Boppré (P-SOL), aprovado em Plenário. Além disso, os interessados em reflorestar deverão comprovar a averbação da área de reserva legal, que deverão ser excluídas, as-

sim como as APPs (Áreas de Preservação Permanente), das áreas passíveis de reflorestamento com espécies exóticas.

Caso seja sancionada pelo Poder Executivo, a nova lei prevê punição aos infratores, que serão obrigados a recuperar a área e aplicar 10% do preço de mercado de floresta plantada indevidamente em programas de educação e recuperação ambiental, distribuídos durante cinco anos consecutivos.



Boppré: "Responsabilidade ambiental"



Aguiar: "Alerta necessário"

Anabolizantes

Com a aprovação, na tarde do dia 14, do Projeto de Lei nº 405/05, de autoria do deputado Antônio Aguiar (PFL), as academias de ginástica, clubes esportivos e estabelecimentos similares ficam obrigados a exibir em suas dependências, nos locais de trânsito e permanência de alunos e freqüentadores, placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes.

O texto de advertência deve ser o seguinte: "O uso de anabolizantes prejudica o sistema cardiovascular, causa lesões nos rins e no fígado, degrada a atividade cerebral e aumenta o risco de câncer".

Transgênicos e genéricos

O Plenário aprovou emenda substitutiva global ao Projeto de Lei nº 153/04, acrescentando o parágrafo 3º ao Artigo 3º da Lei nº 12.128, de 15 de janeiro de 2002. Tanto a emenda quanto o PL são de autoria da deputada Odete de Jesus (PL). A proposição determina que os estabelecimentos do comércio de gêneros alimentícios do Estado deverão expor, de forma ostensiva, aviso quanto à existência de organismos geneticamente modificados nos produtos oferecidos aos consumidores, com o mesmo destaque e pelo mesmo modo de divulgação dos produtos oferecidos promocionalmente.

Também de autoria da líder do PL, os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei nº



Odete: "É preciso informar"

362/05 que obriga os estabelecimentos farmacêuticos e drogarias a afixarem cartaz informando sobre as possibilidades de substituição de medicamento prescrito pelos médicos. A proposta determina que seja utilizada a sentença *O medicamento prescrito por seu médico só pode ser substituído por medicamento genérico. Na dúvida, consulte seu médico.*

Se for sancionada pelo governo, a nova lei vai acarretar advertência por escrito da autoridade competente às farmácias que a descumprirem. Em caso de reincidência, a multa será de R\$ 100 a R\$ 500. A partir da terceira infração o valor vai a R\$ 1 mil. As multas aplicadas serão revertidas ao Fundo Estadual para Recuperação de Bens Lesados. Foi pensado ao projeto da deputada Odete o Projeto de Lei nº 403/05, do deputado Cesar Souza (PFL). (GMP)

Exploração sexual

Os deputados aprovaram substitutivo global ao Projeto de Lei nº 391/05, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que determina que os jornais estaduais publiquem nos classificados advertência quanto à exploração sexual e maus-tratos contra crianças e adolescentes.

O projeto também proíbe a publicação de anúncios escandalosos de oferta de sexo pelos meios de comunicação. O objetivo é alertar os leitores desses jornais de que a exploração sexual e



Simone: "Exploração sexual é crime"

maus-tratos de crianças e adolescentes constituem-se crime, propondo que esta advertência seja publicada nas mesmas páginas dos anúncios.

Projeto altera lei do Prodec

Jonas Lemos Campos

Os deputados aprovaram as alterações à Lei nº 13.342, de 2005, propostas pelo Executivo, através do Projeto de Lei nº 415/05, do Executivo. A Lei nº 13.342 dispõe sobre o Prodec (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) e o Fadesc (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense).

As alterações, segundo o governo, objetivam estimular a instalação de empreendimentos em APLs (Arranjos Produtivos Locais), abrindo caminho para a geração de empregos e a instalação de empreendimentos em municípios carentes. Além disso, justificou o Executivo, as mudanças vão ampliar o prazo para as empresas com contratos do Prodec optarem pela amortização de parcelas.

Emendas – Este projeto recebeu três emendas. Uma aditiva, de autoria do de-

putado Romildo Titon (PMDB), determinando que do montante arrecadado ao Fadesc, 25% serão, por ocasião do recebimento de cada parcela, repassados aos municípios. Outra emenda, também aditiva, do deputado Antônio Ceron (PFL), inseriu como Artigo 6º o dispositivo que diz que “aplica-se aos beneficiários do Prodec a política compensatória a que se refere o Artigo 4º, IV, da Lei nº 12.120/02.

A última, de caráter modificativo foi apresentada pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), e possibilita a ampliação do limite para até 80% do valor do incremento do ICMS gerado pelo empreendimento nos seguintes casos: nos municípios com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) igual ou inferior a 85% do índice médio do Estado, desde que sua implementação resulte na utilização intensiva de mão-de-obra, em outras hipóteses, desde que o incremento seja igual ou superior a 30%.



Proposta do Executivo recebeu aval da maioria, juntamente com as emendas parlamentares

Títulos

Os projetos de Lei nº 502/05 e nº 441/05, que concedem títulos de Cidadão Catarinense ao comunicador Mário Motta e ao jornalista Marcelo Corrêa Petrelli, respectivamente, foram aprovados na tarde do dia 13. O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), é o autor do projeto referente a Mário Motta, que é paulista. O deputado Manoel Mota (PMDB) é o autor do projeto que concede o título ao paranaense Marcelo Petrelli,

Nascido em 1952, a carreira de Mário Motta iniciou-se em um Circo Teatro que pertencia à família. Já graduado como professor de Educação Física, chegou a Santa Catarina, no município de Lages, em 1975, buscando novas oportunidades. Trabalhou na Rádio Princesa, Rádio Clube de Lages, Correio Lageano e em 1980 iniciou sua carreira na TV Planalto, mas não demorou a ser contratado pela RBS TV, onde apresenta o Jor-

nal do Almoço e o jornal da Rádio CBN Diário.

Marcelo Petrelli, jornalista e administrador de empresas de comunicação, nasceu em Curitiba. “Sempre desenvolveu seu trabalho em prol da sociedade catarinense. Há 16 anos Petrelli atua no Estado e se tornou um reconhecido promotor da cultura, comunicação e da história de Santa Catarina, por meio da Rede SC/SBT”, comentou Manoel Mota.

Afastamento

Aprovado substitutivo global, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), ao Projeto de Lei nº 279/05, do deputado Celestino Secco (PP), que altera o Estatuto do Servidor Público, de 28 de dezembro de 1985. O substitutivo determina que o funcionário no exercício do mandato legislativo municipal poderá afastar-se de suas funções durante o período de audiências públicas e outros eventos, relativos ao mandato parlamentar, oficialmente marcados pela Câmara de Vereadores exclusivamente no âmbito do município e/ou da microrregião a que pertencer.



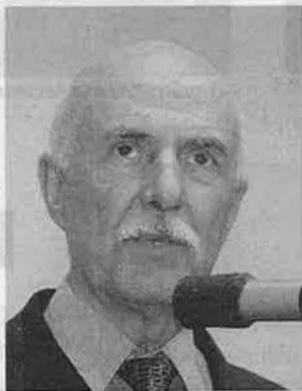
Ponticelli é autor do substitutivo

Medalhas

O Parlamento aprovou a criação de duas medalhas de honra e mérito na tarde de quarta-feira (14). De autoria do deputado Francisco Küster (PSDB), o Projeto de Resolução nº 18/05 institui a Medalha Desportista Catarinense. A homenagem será prestada aos desportistas do Estado, independente de serem catarinenses, mas que pratiquem o esporte no Estado. A entrega das medalhas será feita anualmen-

te, durante uma sessão solene, a ser realizada no dia 20 de dezembro de cada ano. Cada parlamentar poderá indicar um desportista.

O Projeto de Resolução nº 11/05, de autoria da deputada Odete de Jesus



Küster: reconhecimento

(PL), institui a Medalha de Honra Maurício Sirotsky Sobrinho, destinada a homenagear e reconhecer, a cada dois anos, entidades ou pessoas que prestam relevantes serviços sociais na área da educação infantil-juvenil.

Datas

Semana Juliana

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 492/05, de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB), as comemorações relativas à República Juliana, passarão a ser realizadas na última semana de julho, e não mais em agosto. Segundo o autor, a mudança decorre da data da proclamação da República, em 29 de julho de 1939, tanto que o nome “Juliana” foi uma homenagem ao mês da proclamação.

Tomarão parte nas festividades da Semana Juliana as escolas de 1º e 2º grau das redes estadual, municipal e particular de ensino, unidades de contingentes da Polícia Militar, CTGs (Centros de Tradição Gaúcha), entidades associativas particulares, culturais e desportivas que desejarem participar.

Também de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB), foi aprovado no dia 14



Mota adequou data de comemoração

o Projeto de Lei nº 498/05, que institui o Dia de Valorização da Ética na Política. A data deve ser comemorada anualmente no dia 22 de setembro, na Assembléia Legislativa, nas Câmaras Municipais e nos demais órgãos públicos estaduais e municipais.

Em 22 de setembro deste ano, a Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais) promoveu na Câmara Federal, em Brasília, o lançamento oficial da campanha nacional *Grito pela Ética na Política*, por isso a escolha da data.

Proposta valoriza atletas catarinenses

Para coibir a prática de inscrever atletas de outros estados e países em competições catarinenses, o deputado Jorginho Mello (PSDB) apresentou o Projeto de Lei nº 526/05, aprovado na manhã do dia 15. A matéria altera dispositivos da Lei nº 12.005/01, que estabeleceu como condição para participar destes eventos promovidos pela Fesporte a transferência de outros atletas para SC até 31 de dezembro do ano anterior ao da competição.



Mello: “Alteração necessária”

Nos JASC, a participação de atletas que não estejam

registrados em entidades esportivas catarinenses ficará restrita ao máximo de dois por modalidade e naipes, nunca podendo exceder a 50% do total da equipe. Nas competições de base ou de formação, como os Joguinhos e a Olesc, será proibida a participação de atletas oriundos de outros estados e estrangeiros. Aos nascidos em Santa Catarina, registrados em entidade esportiva daqui e que estejam atuando em outro Estado ou país, não há qualquer proibição.

Nova lei reduz burocracia para gratuidade de documentos

As pessoas que comprovarem situação de pobreza, mediante declaração do próprio interessado, terão gratuidade nos serviços de emissão de documentos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, como certidão de nascimento, carteira de identidade, certidão de adoção e certidão de casamento. A gratuidade também se estende à emissão da segunda via dos documentos.

Isso é o que determina o Pro-

jeto de Lei nº 452/05, do Executivo, que disciplina um dos incisos do Artigo 4º da Constituição Estadual. Pela nova lei, quem requerer a isenção fica desobrigado de obter o atestado de pobreza através do juiz de Direito, delegado de polícia, prefeito ou presidente da Câmara de Vereadores do seu município de domicílio, como dita a legislação atual.

Emenda – O projeto recebeu emenda modificativa, de autoria do

deputado Vanio dos Santos (PT), que prevê a fixação de cartazes em repartições, entidades e órgãos públicos responsáveis pela expedição de documentos e serviços. Os cartazes deverão citar a gratuidade dos seguintes documentos: registro civil e certidão de nascimento; cédula individual de identificação; registro e certidão de casamento; registro e certidão de adoção do menor; assistência jurídica integral, e registro e certidão de óbito. (RMPP)

Isenção de ICMS



Deputado Antônio Carlos Vieira

Se o Poder Executivo sancionar o Projeto de Lei nº 455/05, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), aprovado na última sessão plenária, as pessoas portadoras de deficiência física ou seus representantes legais terão isenção

do ICMS na compra de automóveis de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada até 2 mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas, inclusive a do bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão. O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Serviços da vigilância sanitária serão taxados

O Estado cobrará uma taxa de vigilância sanitária animal a partir da sanção do Projeto de Lei nº 245/05, de origem governamental. O pagamento será efetuado quando houver a prestação de serviços pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento

Rural, efetuada diretamente ou mediante delegação, relativamente a exposições, feiras, rodeios, leilões, trânsito de animais ou qualquer estabelecimento de criação de animais.

A taxa poderá ser paga pelo contribuinte em qualquer estabe-

lecimento bancário. O produto de sua arrecadação irá integrar as receitas do Fundesa (Fundo Estadual de Sanidade Animal).

Foi excluída da proposta, com aprovação de uma emenda, a criação da taxa de fiscalização do transporte de leite “in natura”.

Vetos

Mantidos

O veto total ao Projeto de Lei nº 272/05, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP). A proposta determinava o retorno da Seção V ao Capítulo II, da Lei nº 3.938, de 1966, que dava denominação à lei, que passaria a vigorar, caso o veto fosse derrubado, sob o título “Do cadastro de inadimplentes e da divulgação dos devedores”.

Se o governo não vetasse a proposta, conforme o autor, haveria a inversão de providências adotadas pelos contribuintes, os quais, quando em dificuldade financeira, optam pela inadimplência, deixando de pagar, numa primeira instância, os tributos devidos, ainda que já cobrados dos destinatários de suas mercadorias e serviços. No caso do ICMS, principal tributo do Estado e objeto dos maiores valores de inadimplên-

cia, o imposto é parte de sua própria base de cálculo, constituindo-se o destaque nos documentos fiscais mera formalidade de indicação do seu montante.

- Mantido também o veto total ao Projeto de Lei nº 130/05, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que autorizava o Executivo a conceder isenção das taxas de estadia nos pátios do Detran e da Polícia Rodoviária Estadual aos veículos e motocicletas que se beneficiam da Lei nº 11.391/00.

A proposta previa o parcelamento das dívidas vencidas de IPVA, licenciamento e multas de trânsito em até cinco parcelas mensais iguais, com o valor mínimo de 30 UFIRs cada. O governo do Estado vetou a proposição por considerar que matéria tributária é de iniciativa privativa do governador, conforme dispositivo do Artigo 61 da Constituição Federal.

Parcial

Os parlamentares mantiveram o veto parcial apostado pelo Executivo ao Projeto de Lei nº 174/05, de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB). A proposta determina que o Estado apoiará iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores.

O governo vetou o Artigo 3º, que tratava das competências do Estado para a comercialização, ancorado, principalmente, no Artigo 123, inciso I da Constituição Estadual, que proíbe o início de programas ou projetos não incluídos na LOA (Lei Orçamentária Anual).

O restante dos dispositivos não

teve problemas, e o governador sancionou a lei que tem como objetivos estimular a implantação de feiras livres municipais e de outras formas de comercialização direta entre as partes; promover a melhoria de renda dos agricultores familiares; estimular a criação de alternativas de trabalho para moradores da zona rural; fortalecer a economia local por meio da geração de empregos e da comercialização de alimentos produzidos no município; estimular a oferta regular de alimentos saudáveis a baixo custo e auxiliar no combate a carências nutricionais e na promoção da segurança alimentar.

Rejeitados

- O veto parcial ao Projeto de Lei nº 8/05, que altera dispositivo das leis nº 5.983, de 1981, e nº 3.938, de 1966. Na primeira, que dispõe sobre infrações à legislação tributária e estabelece penalidades, a modificação prevê o deferimento de um novo parcelamento se o pedido estiver instruído com o comprovante de pagamento da primeira prestação. Na Lei nº 5.983, esse pedido só poderia ser realizado com a hipótese de reparcelamento.

Já a Lei nº 3.938 terá o acréscimo de mais 30 dias no prazo de validade da Certidão Negativa de Débitos Estaduais. O prazo de validade era de 60 dias e será ampliado para 90 dias.

- O veto nº 1.153/05 ao Projeto de Lei nº 286/05, de autoria do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), que define diretrizes para a política de atenção integral aos portadores do mal de Parkinson no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde). De acordo com a proposta, o SUS prestará integral atenção à pessoa portadora da doença em todas as suas manifestações clínicas, assim como aos outros sintomas a ela relacionados. Também prevê apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico para o enfrentamento da doença e suas consequências. Também dá direito à medicação e às demais formas de tratamento que visem minimizar os

efeitos, de modo a não limitar a qualidade de vida do portador desse mal.

A rede estadual deverá disponibilizar fisioterapia, terapia fonoaudiológica e atendimento psicológico, de modo a prestar integral atenção à pessoa portadora da doença.

O mal de Parkinson é uma perturbação degenerativa do sistema nervoso que apresenta várias características particulares, como tremor em repouso, lentidão na iniciação de movimentos e rigidez muscular. Até agora não existe nenhuma prevenção ou cura. A doença afeta cerca de 1% da população com mais de 65 anos e 0,4% da população com mais de 40 anos. A causa é desconhecida e o fator genético não parece desempenhar um papel importante.

- O veto governamental ao parágrafo único do Artigo 1º e os parágrafos 1º e 2º do Artigo 3º do Projeto de Lei Complementar nº 15/05, que institui o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar. O veto do Executivo, segundo justificativa do secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet (PMDB), decorreu do uso da denominação agente para os servidores temporários. Além de inviabilizar a aplicação da lei complementar em vigor, afirma o secretário, é inconstitucional.

Parlamento Jovem

Estudantes catarinenses propõem leis

Eduardo Guedes de Oliveira

Quatro proposições elaboradas pelos estudantes que participaram da primeira edição do Programa Parlamento Jovem, serão apreciadas pela Comissão de Legislação Participativa e poderão transformar-se em leis. Os 40 deputados jovens apresentaram e discutiram as propostas no último dia 8, depois de formalizarem as bancadas, sob as respectivas legendas partidárias, elegerem seus líderes e os integrantes da Mesa.

O Programa, realizado pela Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Celestino Secco (PP), nasceu de iniciativa da deputada Ana Paula Lima (PT) e objetiva promover a participação efetiva dos jovens na política, através da vivência do processo legislativo.

Os alunos do Colégio Cruz e Sousa, de Lages, formaram a bancada do PJS (Partido da Juventude Serrana). Os da Escola de Educação Básica João dos Santos Areão, do município de Santa Rosa do Sul, "fundaram" o PAS (Partido Areão Solidário). Os estudantes da Escola de Educação Básica Professor Zelindo Carbonera, de Marema, formalizaram o seu PFJ (Partido do Futuro Jovem), e os da Escola de Educação Básica Cecília Rosa Lopes, de São José, criaram o PAEM (Partido dos Alunos do Ensino Médio).

A líder do PFJ, Tiane Testa Negri, defendeu a sugestão apresentada por sua escola, criando a Secretaria Estadual para Assuntos da Juventude. A meta é munir cada município de um conselho de juventude – ou similar –, que se encarregará de definir e implementar políti-

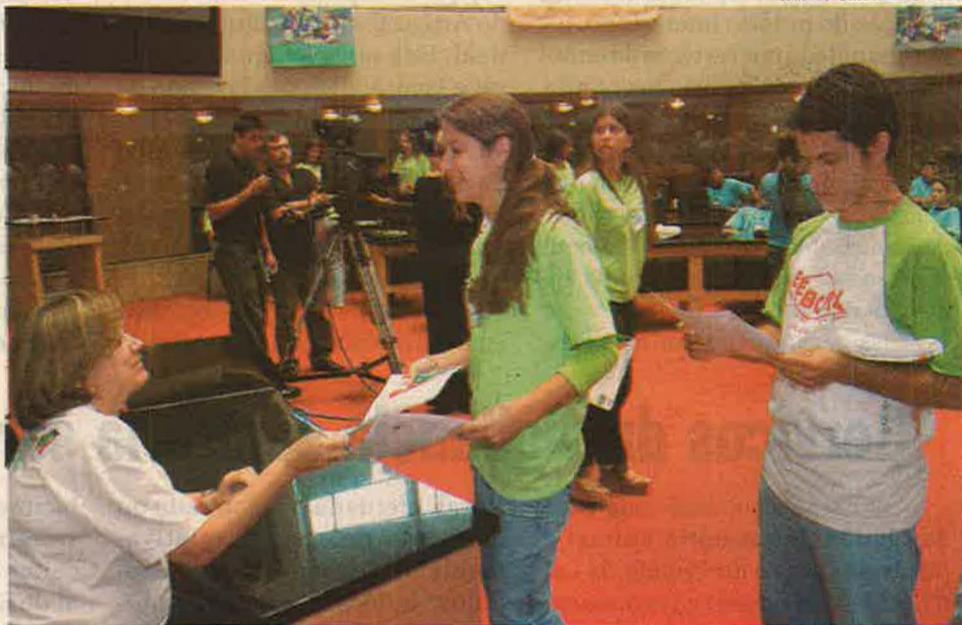
cas e prioridades para os jovens sob coordenação da Secretaria.

A proposição do PJS, defendida pelo líder da legenda, Volni Luiz Pagani Júnior, torna obrigatória a existência de grêmios estudantis em todas as escolas. "O grêmio será o nosso ponto de vista. É assim que conseguiremos um futuro melhor para o jovem catarinense", argumentou o vice-presidente da Mesa, Tiago Cevey (PJS), também autor do projeto.

Conscientização - O projeto do PAS, que institui a Semana Estadual da Prevenção e Conscientização dos Riscos da Atividade Sexual Precoce, foi alvo de uma pequena polêmica, sobre a possibilidade de paralisação das atividades normais das escolas durante a Semana.

O líder do PAS, deputado André Fraga, esclareceu que o projeto não prevê essa possibilidade. Munido de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o deputado argumentou que é necessário promover a conscientização de jovens e de sua famílias. Desde 1980, o número de adolescentes grávidas entre 15 e 19 anos, aumentou 15%. São cerca de 700 mil meninas se tornando mães a cada ano no Brasil. Desse total, 1,3% são partos realizados em garotas de 10 a 14 anos. "Um adolescente preparado é um adulto equilibrado, por isso a importância dessa Semana", endossou a deputada Fernanda Cardoso, do mesmo partido.

O projeto apresentado pelo PAEM cria o cargo de bibliotecário em todas as escolas públicas da Rede Estadual de



Adolescentes atuam como legisladores sob a coordenação da equipe da Escola do Legislativo

Ensino. De acordo com o líder do partido, deputado Guilherme Voigt, a matéria estabelece ainda que as bibliotecas permaneçam abertas aos sábados e durante o recesso escolar, para atender a comunidade, garantindo acesso ao acervo para estudos e pesquisas. A aquisição de livros e materiais para o local deverão vir dos governos federal, estadual e municipal e de doações de empresas públicas e privadas. "O fator de maior importância desse projeto é saber que poderemos contribuir para a geração de empregos já que serão mais de 1000 cargos criados nas escolas estaduais espalhadas pelo Estado", completou o líder. (GMP/TK)

A Mesa

Após a solenidade de abertura da primeira edição do Programa Parlamento Jovem, os líderes das escolas participantes reuniram-se na sala de reuniões da Presidência da Casa para a eleição da Mesa que dirige os trabalhos.

Depois de um longo debate, Francine Scalcon (PFJ) foi eleita presidente e Thiago Cevey Citton (PJS), 1º vice-presidente. Para facilitar os trabalhos dos jovens deputados, a Mesa contou com dois secretários, ao invés de quatro, como é de fato. Foram eleitos para 1º e 2º secretários, Ricardo Bonfante (PAEM) e Rosana de Souza Vargas (PAS), respectivamente.

Parque do Tabuleiro

Deputado encaminha resposta ao Ministério Público

Em resposta a uma correspondência remetida pelo Ministério Público Estadual, o deputado Vanio dos Santos (PT) encaminhou ofício ao procurador geral do Estado, Pedro Sérgio Steil, no último dia 14, reiterando reivindicações das comunidades abrangidas pelo Parque da Serra do Tabuleiro, principalmente no que diz respeito aos termos de ajustamento de conduta



Vanio defende recategorização

que vêm sendo aplicados pela promotoria do Meio Ambiente de Palhoça e pela Fatma (Fundação de Amparo ao Meio Ambiente).

"O Parque foi criado há 30 anos. O Estado tinha cinco anos para indenizar as pessoas. Não fez. Ampliou o prazo para mais cinco anos. Nunca fez. Agora, a Fatma e a procuradoria do Meio Ambiente de Palhoça estão querendo que as pessoas paguem pelo que

já era delas", resume o parlamentar, que é totalmente contra os termos de ajuste de conduta patrocinados pelo Ministério Público, conforme declarou durante a audiência pública realizada no dia 5, no Plenário. Quem resolve brigar pelos seus direitos, completa Vanio, e repudia o ajuste de conduta, recebe aviso de

que está em terras do Estado, classificadas como área de preservação permanente, e que terá seu imóvel demolido. "Estão tratando os moradores como criminosos", assinala, lembrando que a maior parte das pessoas agiu de boa-fé quando adquiriu seus terrenos.

Conforme requerimento do deputado Vanio aprovado em Plenário, a Assembléia Legislativa remeteu cópias

do ofício ao MP a todos os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos 10 municípios com áreas abrangidas pelo Parque. O presidente do Tribunal de Justiça, os desembargadores e os juizes das Comarcas dos municípios envolvidos também receberam cópias.

Lei - O parlamentar também defende enfaticamente o anteprojeto de lei que foi desenvolvido por iniciativa da comunidade para recategorizar o Parque, transformando-o em Área de Proteção Ambiental. Com a mudança, os moradores terão direito às suas propriedades e, posteriormente, através de um Conselho Gestor, poderão participar e intervir na gestão da área. Vanio destaca no documento a Steil que o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), instituído através da Lei federal nº 9.985, de 2000, oferece base jurídica para a construção do projeto de recategorização, além de assegurar a participação efetiva das populações locais na gestão das unidades de conservação ambiental. (MMV)



O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – maior unidade de conservação ambiental de Santa Catarina, criada em 1975 -, tem 87 mil e 405 hectares, abrangendo toda a área que aparece no mapa.